

CPI revela: A incrível caixinha de Delfim em Paris

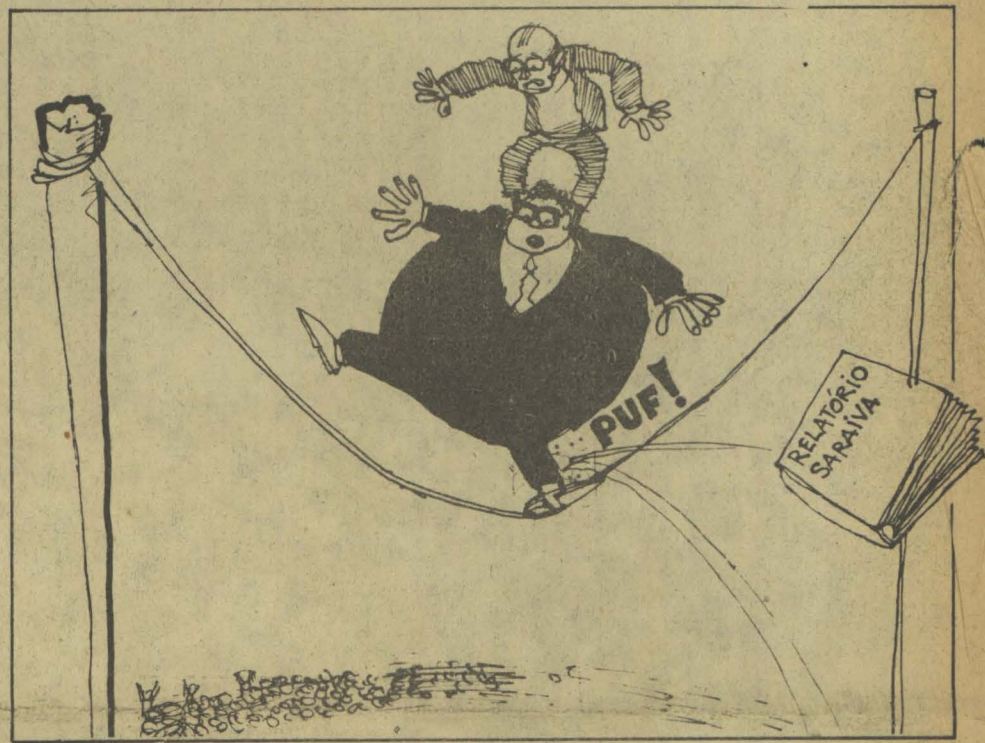
Por que sobe o preço da Tribuna

Desde o aumento de junho, o custo do jornal subiu cerca de 53%, devendo-se principalmente à brutal elevação do papel, 52%; custo gráfico, 58,5%; além do telefone, transporte, telex, correio, etc. Com isso, tivemos que majorar também o preço de capa da Tribuna Operária, que passa agora a custar Cr\$ 150,00. Ajude-nos a manter este preço pelo maior tempo possível, colaborando na venda do jornal. Aproveite o preço promocional da assinatura e venda uma para seu colega, diretor de entidade, etc. O preço da assinatura só será alterado em 15 de novembro.

A embaixada Brasileira creta em nome de Delfim. Na pag. 3 os escândalos que a CPI da Dívida Externa investiga e a opinião pessoal do presidente da comissão Deputado Alencar Furtado.

“Grupo dos onze” do PDS quer arrocho pior do que o 2.045

Nem o PDS está satisfeito com a proposta do novo decreto. Página 4.



EDITORIAL

Negociação ou ruptura?

Entra em cena novamente, e com grande alarde, o falatório em torno da desgastada tese da “negociação”. Figueiredo, pela milésima primeira vez, repete que está disposto a dialogar — e, como já fez nas outras mil vezes, ouvirá apenas as opiniões a favor do que o governo quer. O general Ludwig diz que o governo *pode* negociar eleições diretas para 1985. Leonel Brizola, já sem o falso pudor inicial, declara-se incondicionalmente favorável ao diálogo com o presidente e a uma atitude de colaboração. Tancredo Neves volta à tecla da conciliação, que ele agora chama de “solução inteligente”, para sair do impasse.

Tudo isto parece um tambor: muito barulho, mas oco por dentro. Há alguma coisa a negociar com este governo? Pelo contrário, para o povo, hoje, sair da crise a primeira coisa é afastar o governo Figueiredo e pôr fim ao regime militar. Mesmo o aceno demagógico de eleições diretas, na boca de Ludwig, não comove ninguém. Primeiro porque é falso. E depois, porque o país já não suporta esperar até 1985. Urge constituir um novo governo, governo provisório, aí sim, negociado entre o movimento popular, tendo à frente o proletariado, e as forças democráticas e patrióticas, que tome medidas energéticas, de emergência, para salvar o país e melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

O governo quando fala em negociar trata de fato de aproveitar-se das vacilações da oposição, burguesa para tentar salvar o regime militar e perpetuar a sua política entreguista e antipopular. Mas mesmo esta proposta de negociação é mentirosa.

Veja-se o caso do decreto 2.045. Figueiredo fez um enorme esforço para fazer uma cara de honesto e veio à televisão prometendo negociar com a oposição. Mas a farsa não durou nem uma semana. Logo veio à luz a tal proposta do “grupo dos 11”... que já estava

pronta há uns 15 dias. Ou seja, ficou claro que a tal consulta à oposição era uma palhaçada e, pior ainda, até no PDS a proposta foi mal recebida. Por trás de tudo isto está por um lado o imperialismo, que incumbiu ao FMI de ser intransigente no arrocho aos trabalhadores, e por outro a arrogância dos generais, que pensam que o Brasil é um quartel onde o povo tem que bater continência às ordens dos ditadores.

A desmoralização do governo chegou a tal ponto que a velha raposa Magalhães Pinto chegou a dizer com ar de gozador: “A continuar as coisas como vão, só dois políticos apoiarão Figueiredo: Tancredo e Brizola”.

A burguesia insiste em dizer que é preciso a todo custo impedir que o impasse político em que o país se encontra resulte numa ruptura e que é preciso abandonar as posições de confronto com o poder. Nada mais falso. O confronto entre a descarada traição dos governantes à pátria e a posição da imensa maioria em defesa da soberania nacional é uma questão objetiva, que não se tem como evitar. Da mesma forma o confronto entre o arbítrio dos generais e a exigência de liberdade do povo e de todos os democratas. Fazer política sem levar em conta esta oposição frontal é um erro grave — ou então uma traição deliberada aos interesses populares, como é o caso de certos oposicionistas de boca, só de boca.

Por mais que esperneiem os conciliadores, e por mais que se desesperem os poderosos, a vida coloca em pauta exatamente a ruptura radical com a ditadura que já impera no país há quase 20 anos. A classe operária, os trabalhadores do campo e da cidade, os democratas e patriotas, têm pela frente, de imediato, a tarefa de encontrar em comum as formas práticas para dar este passo de importância histórica.

O povo revoltado arrasa delegacia em Barrinha

Deputado conta como foi a revolta popular, na página 8.



Foto L. Carlos Leite

Na favela do Jardim Esmeralda já não tem mais lugar para fazer barracos.

A vida nas favelas de São Bernardo

A vida e luta dos operários favelados de S. Bernardo do Campo. Pág. 8

Viração divulga propostas para o Congresso da UNE

Diretor da UNE avalia o Congresso da UEE paulista e fala da entidade. Pág. 5

Posseiro assassinado no interior baiano

Depois de espancar seu sogro, os grileiros deram-lhe um tiro no peito. Leia na página 5

Dominguinhos contra colonialismo musical

O herdeiro do “Rei do Baão” Luiz Gonzaga, quer mais espaço para a música brasileira. Pág. 7

Condeca: uma cria dos EUA contra a Nicarágua

Ronald Reagan ressuscita artefato neocolonial. P.2

Ato público pela LEGALIDADE do PC do BRASIL



dia 28 de outubro,
19h-30h Assembleia
Legislativa de SP

Argentina: crise e eleições

As vésperas das eleições gerais marcadas para o próximo dia 25, a Argentina vive uma situação de caos político e econômico absoluto. Com a prisão do presidente do Banco Central (ver T.O. da semana passada), os credores internacionais suspenderam todas as negociações sobre refinanciamento da dívida externa argentina de 40 bilhões de dólares. Desta, nada menos de 18 bilhões de dólares vence este ano.

Neste contexto, a economia do país está virtualmente paralisada. A construção civil está parada. A indústria têxtil opera com cerca de 60% de ociosidade. A metalurgia está à beira do colapso. As últimas estimativas otimistas do Ministro da Economia, Jorge Welbe, indicam que o crescimento este ano estará beirando o zero, o que mantém as desastrosas cifras do ano passado, quando o PIB caiu nada menos de 13%. O desemprego cresce assustadoramente e atinge bem mais do que os um milhão e quinhentas mil pessoas oficialmente reconhecidas, representando 15% das forças de trabalho.

DESCRÉDITO TOTAL

O general Bignone por diversas vezes na semana passada ameaçou renunciar caso seus comparsas militares continuem criando problemas nas negociações com o capital

Disputa entre moderados

As eleições gerais na Argentina estão polarizadas principalmente entre Ítalo Lude, do Partido Justicialista — peronista — e Raul Alfonsín, da União Cívica Radical.

A linha política de ambos é muito parecida, essencialmente moderada e de conciliação. Mas a disputa reflete uma velha rivalidade na história da política burguesa argentina. Estes dois partidos devem concentrar de 70 a 80% dos votos do país. Os peronistas eram os grandes favoritos em função de seu tradicional peso nas camadas populares. Mas a campanha de Alfonsín

vem crescendo muito, explorando habilmente o fato de Isabelita Peron ter iniciado o ciclo repressivo de 1975 e 76 ao chamar os militares para enfrentar as lutas populares da época.

Ítalo Lude iniciou suas atividades políticas no Partido Radical mas desde a ascensão de Perón, em 1945, se juntou aos peronistas. Na década de 70 chegou a ser presidente interino, durante a ausência de Isabelita. Tem feito uma campanha moderada e além dos peronistas, recebe apoio do partido revisionista e de outros grupos que se dizem de esquerda.

financeiro internacional. Os chefes do Exército imediatamente soltaram comunicados respaldando o general presidente... Mas o isolamento e a falta de autoridade do regime militar são tamanhos que a Junta Militar decidiu antecipar em dois meses a data da entrega do poder aos civis. Antes marcada para 30 de janeiro, agora a posse do novo governo civil a ser eleito será no dia 5 de dezembro. Esta antecipação é muito claramente uma imposição dos credores internacio-

nais, que também não acreditam na autoridade da ditadura militar para continuar as negociações.

Na Argentina, ao ser escolhido o Comandante do Exército, todos os generais mais antigos passam automaticamente para a reserva. Daí o interesse do regime em adiar a entrega do governo para janeiro e com isto ter tempo para barganhar a indicação. E para restaurar o equilíbrio na alta cúpula militar nas promoções de novos oficiais que são feitas em dezembro.

NOVAS CONDIÇÕES

O atual quadro argentino é muito parecido com a situação de 1973, quando o regime militar de Lanusse, totalmente isolado e desmoralizado, entregou o poder para o governo eleito de Hector Campora, que serviu de ponte para o retorno de Perón do exílio, direto para o poder. Nessa época, a condição imposta pelos ministros para empregar o governo civil foi de que o aparelho militar e repressivo não fosse tocado. Isto permitiu aos militares fascistas desfecharem um novo golpe em 1976, quando o governo de Izabelita Perón, incapaz de resolver os problemas de fundo da nação argentina, também caiu na paralisia e no descrédito.

Também hoje as forças Armadas da Argentina, inteiramente rachadas entre si, de imediato se unificam para impor ao futuro governo civil eleito que a estrutura militar repressiva deve permanecer intacta e os crimes cometidos pelas Forças Armadas nestes sete anos de ditadura não podem ser julgados. Por isso mesmo Bignone aprovou de antemão um projeto de anistia livrando a cara dos militares torturadores e assassinos.

Mesmo sem conseguir articular um partido de direita para concorrer ao pleito, os militares argentinos lograram forçar a aceitação das suas condições às principais forças políticas do país. Tanto os peronistas como os radicais e os euro-comunistas do Partido Comunista Argentino (que durante os anos mais negros do fascismo davam "apoio crítico" à ditadura de Videla e Viola) entraram na dança.

Mas existem duas grandes diferenças. Primeiro é que desta vez os militares chegaram a um auge de desmoralização. Comprometeram-se, e foram cabalmente responsabilizados pelas massas, como torturadores e assassinos de democratas e lutadores do povo. E envolveram-se na desastrosa aventura das Malvinas. Em segundo lugar, as massas viveram a experiência do golpe e de um tenebroso governo fascista, que além de custar milhares de vidas, liquidou com a economia do país e levou o povo argentino a uma situação de calamidade, como nunca antes acontecera na sua história. Embora ainda não existia no país uma forte vanguarda marxista-leninista, a crise criou condições amplamente favoráveis a um avanço do movimento revolucionário no país.



O PC(AP) propõe o castigo dos assassinos e torturadores

Comunistas se organizam no Chile

Em sua última reunião plenária, o Partido Comunista Chileno (Accion Proletaria) aprovou uma declaração "dirigida à classe operária, a todos os democratas, progressistas e revolucionários, aos homens e mulheres do povo". Em sua declaração, os comunistas fazem um chamamento "a todo o povo do Chile para redobrar com mais forças e energias a luta antiditatorial, para aprofundar esta luta não só para a instauração da democracia mas pelo triunfo da verdadeira democracia, que não pode ser outra que a das maiorias, e que deve surgir como fruto da unidade e luta encarnizada e inconciliável com as forças exploradoras, com as forças armadas a serviço do capital e dos opressores fascistas que governam hoje em dia."

O PC (AP) alerta também ao povo "para que não

caia no canto da sereia da oposição burguesa, encabeçada pela Aliança Democrática — Democracia Cristã, Partido Republicano, Partido Radical, MAPU, Partido Socialista e nas sombras a camarilha dirigente dos traidores do chamado Partido Comunista do Chile (revisionista), o Proden e outras associações ou alianças que, unidas todas sob a ideia de evitar a convulsão social, ou seja a insurreição popular armada, convidam a ditadura para o diálogo, para um pacto social, para uma etapa de reconciliação nacional que, em definitivo só seria um arreglo com os criminosos e esfomeadores do povo."

O documento diz que a solução dos problemas no Chile "passa diretamente pela derrocada de Pinochet e toda sua rale, pelo castigo exemplar de todos os assassinos, torturadores e esfomeadores".



Formação do Partido comunista chileno

O Partido Comunista Chileno (Accion Proletaria) foi organizado a partir de 8 de novembro de 1979; neste período, era ainda um movimento, com o objetivo de reconstruir o Partido do Proletariado, destruído pela traição dos revisionistas. A organização se uniu em torno de um órgão de imprensa, chamado Accion Proletaria, e empreendeu um heróico trabalho político junto à classe operária e o povo chileno.

Já em novembro de 1981 a organização definiu suas linhas programáticas e mais recente-

mente foram aprovados seus Estatutos. Em 14 de agosto último foi formalizada a constituição do Partido Comunista. Para melhor diferenciar do chamado Partido Comunista do Chile — revisionista — e para manter a rica tradição de luta deste período anterior de construção do Partido, quando o movimento ficou conhecido por sua publicação central, os comunistas resolveram adotar o nome de Partido Comunista Chileno (Accion Proletaria). Este avanço deve representar um marco na história do movimento revolucionário do Chile.

Assine e apóie a TO

"É muito importante assinar a Tribuna Operária. Primeiro por ser um jornal popular, tanto no preço, que está ao alcance do bolso de qualquer trabalhador, como na linguagem, que é simples, fácil de entender. Em segundo porque é um jornal onde a gente busca e encontra a verdade, que muitas vezes não é dita na grande imprensa". Alvaro Diniz, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba.

Desejo receber em casa a Tribuna Operária

- | | |
|-------------------------------------|----------------|
| () Anual de apoio (52 edições) | Cr\$ 10.000,00 |
| () Anual Comum (52 edições) | Cr\$ 5.000,00 |
| () Semestral de apoio (26 edições) | Cr\$ 5.000,00 |
| () Semestral comum (26 edições) | Cr\$ 2.500,00 |
| () Exterior, anual | 70 dólares |

Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi

Ltda, Rua Aconiram Barbosa, 53 (antiga Travessa Brig. Luiz Antonio) - Bela Vista São Paulo, SP - CEP 01318

Nome:.....
Endereço:.....
Cidade:..... Estado:..... CEP:.....
Profissão:..... Data:.....



As massas argentinas aprenderam com a dura experiência do fascismo.

Novas agressões dos EUA à Nicarágua

O envolvimento dos Estados Unidos na luta contra o governo sandinista da Nicarágua cresce assustadoramente. A revista norte-americana "Newsweek" afirmou que, em 1982, os gastos da CIA com os grupos somoistas foram de 33 milhões de dólares. Este ano, os gastos chegaram a 48 milhões de dólares e a CIA deve obter nos próximos dias mais 19 milhões.

O número de contra-revolucionários armados pelos EUA na Nicarágua vai para 15 mil. E na sua cruzada criminosa contra o povo nicaraguense, o governo de Ronald Reagan acaba de reerguer das cinzas o seu velho instrumento de dominação neo-colonial na América Central, Condeca (Conselho de Defesa Centro Americano). O plano é usar este organismo fantoche para invadir a pátria de Sandino e derrubar o regime sandinista. O Condeca foi criado em 1964 por interferência ianque para combater mais eficientemente as forças guerrilheiras patriotas que surgiram na época (a FSLN foi criada na Nicarágua em 1961). Ele agrupa as forças armadas da Guatemala, El Salvador, Honduras e — na época em que foi criado — Nicarágua somoista. Antes disto, cada país mantinha seu próprio pacto de ajuda militar diretamente com os EUA.

GOVERNO FANTOCHE

No último mês a CIA intensificou os ataques dos grupos somoistas e traidores à Nicarágua. O próprio dirigente do principal grupo contra-revolucionário, Edgard Chamorro, coronel da Frente Democrática Nicaraguense (FDN), admitiu que o objetivo é estabelecer "um governo" em alguma parte do território da Nicarágua nos próximos três meses. A partir daí, os somoistas poderiam solicitar "legalmente" a intervenção da Condeca ou mesmo invocar ajuda do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), junto à Organização dos Estados Americanos. E se houver algum contratem-



Embaixador americano orienta os fascistas em El Salvador

po, as tropas ianques estão em manobras militares na fronteira de Honduras para isto mesmo...

Justamente neste sentido, o embaixador dos Estados Unidos na OEA, William Mitcheff, afirmou, referindo-se à Nicarágua, que "o TIAR existe para ser utilizado". Assinado em 1948 no Rio de Janeiro, por interferência norte-americana, o TIAR formalmente selaria o compromisso dos países americanos de se ajudarem mutuamente para enfrentar qualquer ameaça vinda de fora do continente. Na guerra das Malvinas, ano passado, o governo ianque não só esqueceu seu compromisso com o TIAR, como apoiou descaradamente a agressão colonialista da Grã-Bretanha. E agora quer invocar este mesmo tratado para atacar um país centro americano!

A revitalização do Condeca foi tratado pela primeira vez na reunião dos chefes militares dos regimes reacionários centro-americanos em agosto, no porta-aviões

Ranger, dos EUA (a mesma reunião que articulou o golpe de estado do general Mejia Victor contra o general Efraim Rios Mont na Guatemala). Há três semanas, o chefe do comando sul das Forças Armadas dos EUA, general Paul Borman, convocou os ministros de Defesa e chefes das Forças Armadas da Guatemala, El Salvador, Honduras e Panamá para uma reunião de caráter secreto na cidade de Guatemala, onde acertariam os pontos finais. O conchavo genocida aprovou uma nova reunião para esta semana, onde será formalizada a reativação do Condeca, e emitiu uma declaração oficial se comprometendo a empregar a força contra a "agressão marxista-leninista" na América Central.

BASES AMERICANAS

A verdade é que, independentemente do Condeca, seus países membros e a Costa Rica estão cada vez mais diretamente envolvidos na guerra contra a Nicarágua. Honduras se transformou em uma

gigantesca base americana de agressão contra a pátria de Sandino, e a Costa Rica vem dando cobertura aberta às ações terroristas do traidor-camaleão Eden Pastora. A novidade agora é a participação direta também de El Salvador. O jornal "New York Time" denunciou que os Estados Unidos estão usando uma base aérea e pilotos salvadorenhos para reabastecer os grupos anti-sandinistas.

Os efetivos americanos do comando sul, estacionados no Panamá, pularam de 10 mil no ano passado, para 20 mil agora. O Pentágono está negociando com o governo do Haiti a instalação de uma nova base militar no cabo de San Nicolas. E o governo Reagan já acertou com o Panamá a continuidade da famigerada "School of Americas", centro de treinamento de técnica de genocídio que, pelos acordos firmados por Carter e Torrijos, deveria fechar suas portas em setembro de 1984. (Luiz Fernandes).

DM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



O juiz anuncia a condenação dos assassinos do procurador

Condenados os assassinos de Pedro Jorge

Os implicados no assassinato do procurador Pedro Jorge de Melo e Silva foram condenados a 31 anos de prisão, no Recife (esta terça-feira). O procurador havia indiciado 25 pessoas no caso conhecido como "escândalo da mandioca" (veja box ao lado), e foi assassinado no ano passado.

O major José Ferreira dos Anjos, o sargento José Lopes de Almeida, o pistoleiro Elias Nunes Nogueira, o agente policial Euclides de Souza Filho, o topógrafo Heronides Cavalcanti Ribeiro e o funcionário estadual Jorge Batista Ferraz foram condenados a 19 anos de prisão, cada um, pela morte de Pedro Jorge, e mais 12 anos pela tentativa de homicídio da testemunha do crime, João Batista Viana Pereira. Um outro implicado no assassinato, Irineu Gregório Ferraz, não foi julgado por estar foragido.

O julgamento durou cinco dias, e teve lances dramáticos. O juiz-presidente, Adauto José de Melo, chegou a ser hospitalizado em decorrência de uma estafa, no curso dos trabalhos. O arcebispo dom Hélder Câmara, que foi à sala de sessões do Júri, onde centenas de populares se aglomeravam, ressaltou: "É preciso deixar claro que este julgamento, qualquer que seja o seu resultado, não pode nos fazer esquecer o julgamento dos implicados no 'escândalo da mandioca', que foi a causa do assassinato de Pedro Jorge. Por outro lado, é preciso lembrar que o 'escândalo da mandioca', enquanto uma evidência de corrupção, não se esgota nele mesmo. Ele tem muitos 'irmãos', que também precisam ser esclarecidos".

E o assistente de acusação, advogado Gilberto Marques, chegou a arrancar lágrimas e aplausos dos presentes ao julgamento quando declamou um poema de Vinícius de Moraes e crônica de Sebastião Vilanova, relacionando-os com o assassinato de Pedro Jorge: "Minha vida foi uma eterna luta para que ninguém mais tivesse que lutar. Esse é o canto que te quero cantar, Pedro, meu filho. Como Jo-

sé Florentino, pai de Pedro Jorge, eu também sou pai de um Pedro". Os assassinos foram condenados. A defesa, imediatamente, apelou da sentença ao Tribunal Federal de Recursos.

Falta agora o escândalo da mandioca

O julgamento recém-terminado em Pernambuco não foi o do caso conhecido como "escândalo da mandioca". Foram julgados na semana passada os implicados no assassinato do procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, ocorrido dia 3 de março de 1982, em Olinda.

O "escândalo da mandioca" ocorreu na agência do Banco do Brasil de Floresta, cidade do sertão pernambucano. Através da falsificação de cadastros, liberação de financiamento em nome de pessoas mortas e aplicação de verbas do Proagro em cadernetas de poupança, os implicados desviaram Cr\$ 1,5 bilhão! O procurador Pedro Jorge, ao investigar o caso, denunciou 25 pessoas envolvidas na fraude, destacando-se o vice-líder do PDS na Assembléia à época, deputado Vital Novaes. Pouco depois, o procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, o afastou da condução do processo. Pedro Jorge, afastado do caso, foi assassinado. E um dos acusados como envolvido no "escândalo", o superintendente do Banco do Brasil, José Ruitter, recebeu uma medalha do governo do Estado, em abril do ano passado. Ruitter foi condecorado pelo então governador Marco Maciel, que atualmente disputa a sucessão presidencial dentro do partido dos generais, o PDS.

Presos e condenados os assassinos de Pedro Jorge (um deles continua foragido), falta agora colocar os implicados no "escândalo da mandioca" no banco dos réus.

Perseguição à TO será analisada em novembro

Na última segunda-feira, 10, reuniu-se o Palácio Guanabara pela primeira vez o recém-criado Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. O governo Brizola já havia prometido anteriormente que seria analisada nesta primeira sessão a série de arbitrariedades cometidas contra o jornal **Tribuna Operária** pelo Departamento de Investigação Especial (DIE), da Secretaria de Segurança, que busca incriminar o jornal pela onda de fatos que sacudiu o Estado em setembro.

O julgamento do caso foi adiado para a próxima reunião do Conselho, no início de novembro. Como relator

foi nomeado o democrata dr. Evandro Lins e Silva, que deverá dar seu voto e parecer sobre o episódio. Enquanto isto, no dia 6, um elemento da Polícia Federal, que estava presente no interrogatório de Luz Carlos Padilha Areas nas dependências do DIE, procurou uma ex-colaboradora da **Tribuna Operária** no seu local de trabalho e ofereceu-lhe Cr\$ 100 mil por mês para se transformar em informante dos órgãos de segurança federais. O caso já foi denunciado na Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, no Rio de Janeiro.

(da sucursal)

Não é só por amor ao FMI que o ministro Delfim Netto, do Planejamento, ataca a soberania nacional e o bolso do povo. O patrono do arrocho salarial tem também na sua bagagem de crimes o escandaloso caso das comissões recebidas por ele e seus auxiliares — os Delfim's Boys — durante seu exílio dourado como embaixador do Brasil em Paris.

A história das propinas cobradas por Delfim Netto foi levantada pelo deputado baiano Francisco Pinto, que revelou a existência do hoje famoso Relatório Saraiva — um informe secreto às autoridades brasileiras, comunicando oficialmente a atividade criminosa de Delfim em Paris.

Isto foi em 1977. Durante todos estes anos, a própria existência do Relatório Saraiva foi posta em dúvida, não só pelos acusados mas também pelo governo. Agora, no entanto, não restam dúvidas. O relatório existe. As denúncias foram confirmadas publicamente. E Delfim Netto continua solto, e ministro, porque o regime militar, atolado na corrupção, não quer que se faça justiça.

Coube à CPI da Dívida Externa, presidida pelo deputado Alencar Furtado (veja o box ao lado), trazer as denúncias novamente à tona através de três depoimentos importantíssimos: o do próprio coronel Raimundo Saraiva, autor do Relatório, que na época era adido militar da Embaixada brasileira em Paris; o do coronel Dickson Graef, e o da ex-funcionária da Embaixada brasileira em Paris, Mariza Tupinambá. Em todos estes depoimentos as denúncias contra Delfim Netto foram reafirmadas com detalhes. A existência do Relatório Saraiva foi confirmada pelo seu próprio autor.

Em seu depoimento o coronel Saraiva admitiu expressamente ter tido conhecimento das denúncias de corrupção que pesavam contra o embaixador brasileiro e ter elaborado um dossiê dessas denúncias, enviando-o para o Ministério do Exército, o SNI e o Itamaraty.

A "Embaixada dos 10%" em ação

Embora tenha se recusado a divulgar seu conteúdo, alegando sigilo militar, Saraiva reafirmou na CPI a suspeita sobre atos de corrupção praticados por Delfim. Chegou mesmo a dizer que ficava envergonhado ao ouvir comentários nas rodas diplomáticas e sociais de Paris, em que a Embaixada brasileira era chamada de *ambassade dix pour cent* (Embaixada dez por cento), numa referência às propinas que cobrava nos negócios com bancos franceses.

Mas foi o depoimento do coronel Dickson Graef, hoje na reserva, que as tropélicas de Delfim e seu grupo em Paris surgiram com mais clareza. Dickson disse ter ouvido do próprio coronel Saraiva toda a história das propinas e ter feito anotações de próprio punho dessas informações. As anotações foram entregues à CPI e anexadas ao seu depoimento.

A história começa quando os diplomatas brasileiros Guy de Vasconcelos e Fontoura procuraram o coronel Saraiva, então adido militar em Paris, dizendo ter informações sobre o recebimento de comissões pelo pessoal da Embaixada. As comissões eram cobradas sobre empréstimos de bancos franceses ao governo brasileiro, envolvendo diretamente os diplomatas Villar Queiroz e Carlos Alberto de Andrade Pinto, assessores diretos de Delfim Netto. O banqueiro Jacques Broissia, diretor do Banco de Crédito Comercial da França, se ofereceu para dar mais detalhes dessas operações desde que na presença do adido militar.

Foi então marcado um jantar, com o banqueiro e o coronel, mais os dois diplomatas. Broissia confirmou a informação. E disse que seu banco transferiu uma comissão de 6 milhões de dólares para uma conta azul numerada em um banco suíço, a pedido de Delfim Netto e Villar de Queiroz. Era a comissão cobrada pelo embaixador, referente ao financiamento da usina de Água Vermelha, da CESP. Broissia disse ainda que Delfim, através de seus assessores, estava cobrando uma comissão de 60 milhões de dólares sobre o financia-

O coronel Saraiva, na CPI da Dívida, disse que ficava com vergonha ao ouvir comentários nas rodas diplomáticas de Paris em que a Embaixada brasileira era chamada de "Embaixada dos 10%", pelas propinas que Delfim embolsava



Paula Simas



Alencar denuncia pressões

Desde a sua instalação que a CPI da Dívida Externa vem sofrendo todo tipo de pressões do governo. Primeiro foram as manobras destinadas a impedir que a presidência da CPI ficasse com a oposição e particularmente com o deputado Alencar Furtado (PMDB-PR). Depois a retirada dos deputados do PDS, que não participam dos seus trabalhos na tentativa de evitar dar quorum para o seu funcionamento. Agora ameaças diretas do governo e dos militares, que qualificam a investigação como mera tentativa de desestabilizar o regime.

Para o deputado Alencar Furtado, presidente da CPI, nada disso tem fundamento: "Nós estamos prestando um serviço à Nação, não apenas contribuindo para a apuração de atos irregulares e corruptos, que aumentaram nossa dívida externa, mas também apresentando sugestões concretas sobre a melhor forma de conduzir nossa política econômica de forma autônoma e soberana".

Além das denúncias sobre "comissões" recebidas pela embaixada brasileira em Paris e do escândalo das polonetas, a CPI da Dívida Externa tem revelado importantes informações sobre o processo de endividamento externo, como as taxas de juros flutuantes, o fato de que mais de 50% da dívida que tentam impor seja fruto de taxas de juros exorbitantes e o teor dos acordos com o FMI, que deveriam ser analisados cuidadosamente pelos responsáveis por nossa política econômica. "Afinal a atividade da CPI é uma obra de saneamento administrativo que deveria interessar ao próprio governo. Quando vejo o PDS ausente, setores da imprensa ligados ao governo denegando a CPI, vejo, ao mesmo tempo, gente do governo recosa dessa investigação. Uma coisa que deveria ajudar a correção de rumos do próprio governo, parece amedrontá-lo. Isso quer dizer que o governo tem medo da divulgação pública de seus próprios atos", afirma Alencar Furtado.

"Esta é uma luta de David e Golias"

Apesar de todas as pressões, os membros da CPI estão dispostos a levar até o fim o seu trabalho. "Esta é uma luta de David contra Golias. A CPI se propõe a penetrar nas entranhas do sistema financeiro e, como durante todos esses anos de ditadura muitas irregularidades foram cometidas, o cerco contra a CPI é grande e será maior ainda. Mas nós iremos até o fim e para isso acreditamos no apoio popular para essa investigação, porque ele é fundamental para a sobrevivência da CPI e da sua credibilidade", argumenta Alencar Furtado.

As recentes declarações do general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do SNI e atual Comandante Militar do Planalto, de que a CPI visa exclusivamente desestabilizar o regime e incompatibilizar a Nação com os militares, que foram rebatidas na hora pelo capitão Sérgio Etchevoyen, e que lhe valeu dez dias de prisão, são respondidas pelo deputado Alencar Furtado: "Essas declarações são, no mínimo injustas. Acredito que os atos de corrupção que aumentaram nossa dívida externa não devem ter sido praticados pelo governo, mas sim por seus auxiliares. Entendo que a institucionalização da corrupção, aliada à sua impunidade, é que ajuda a desestabilizar qualquer governo".

Além da CPI da Dívida, também a CPI da Capemi está sendo alvo de ameaças por parte do governo. Na semana passada, inclusive, o vice-líder do PDS, Jorge



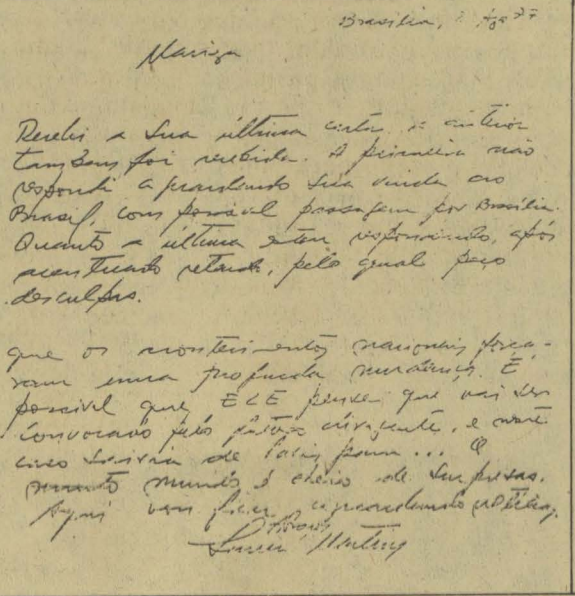
Alencar, firme na CPI da Dívida Externa.

Arbage, um dos representantes da direita radical no Congresso Nacional, conseguiu suspender por 15 dias os trabalhos da CPI, para evitar a convocação do filho do general Figueiredo, Paulo Figueiredo, envolvido nas irregularidades praticadas pela Capemi no desmatamento de Tucuruí, sob argumento de que o assunto está sub-júdice. Comenta-se que o mesmo argumento será utilizado para evitar o depoimento de militares relacionados com o Relatório Saraiva, sob a justificativa de que um deles, o general Fiuza de Castro, está sendo processado pelo ministro Delfim Netto.

Como se não bastassem as ameaças, o governo também recusa-se a fornecer documentos importantes requisitados pelas CPIs, como é o caso do famoso Relatório Saraiva. O deputado Alencar Furtado informa que a CPI irá enviar outra solicitação ao Ministério do Exército, na tentativa de obter uma cópia desse documento, e questiona a tese do sigilo levantada pelo ministro Valter Pires. "A CPI tem independência de atuação e autonomia legislativa. Ela se rege por uma legislação própria e por dispositivos constitucionais que são juridicamente superiores ao decreto presidencial que protege documentos sigilosos. Essa alegação do Ministro do Exército não pode ser aplicada a uma solicitação formal da CPI", explica Alencar Furtado.

Até agora um relatório omissos

Disposto a ir até o fim nas investigações sobre a dívida externa brasileira, o deputado Alencar Furtado estranha a omissão do Ministério Público diante das denúncias que têm vindo a público nas CPIs. "Quando um promotor denuncia alguém num ilícito penal, não precisa apresentar provas, apenas indícios. O Ministério Público tem o dever de ofício de acompanhar as denúncias e apurar responsabilidades. É estranho que até agora, no caso do Relatório Saraiva e das Polonetas, o Ministério Público esteja omissos. Deveria intervir, apurar as denúncias e dar uma satisfação à sociedade", afirma Furtado.



A carta do coronel a Mariza: "ELE" é Delfim

mento da hidrelétrica de Tucuruí, mas seu banco não se dispunha a fazer mais esse pagamento ilícito. Curiosamente Broissia, depois desse jantar, deixou de ser convidado como antes para as festas e recepções na Embaixada brasileira e foi cortado da lista dos condecorados com a Ordem do Rio Branco.

Além de enviar essas informações para o Brasil, o coronel Saraiva telefonou para o então coronel Leo Etchevoyen, adido militar na Suíça, consultando-o sobre a possibilidade dos bancos suíços informarem ao governo brasileiro a existência dessas contas. Etchevoyen disse que seria possível no caso de uma solicitação formal do governo brasileiro. Até hoje isso não foi feito.

O Relatório Saraiva foi encaminhado ao Itamaraty, ao então ministro do Exército, general Silvío Frota, e ao então chefe do SNI, general Figueiredo. Mas Delfim, ao invés de ser julgado por crime de lesa-pátria, foi premiado com um ministério no governo Figueiredo...

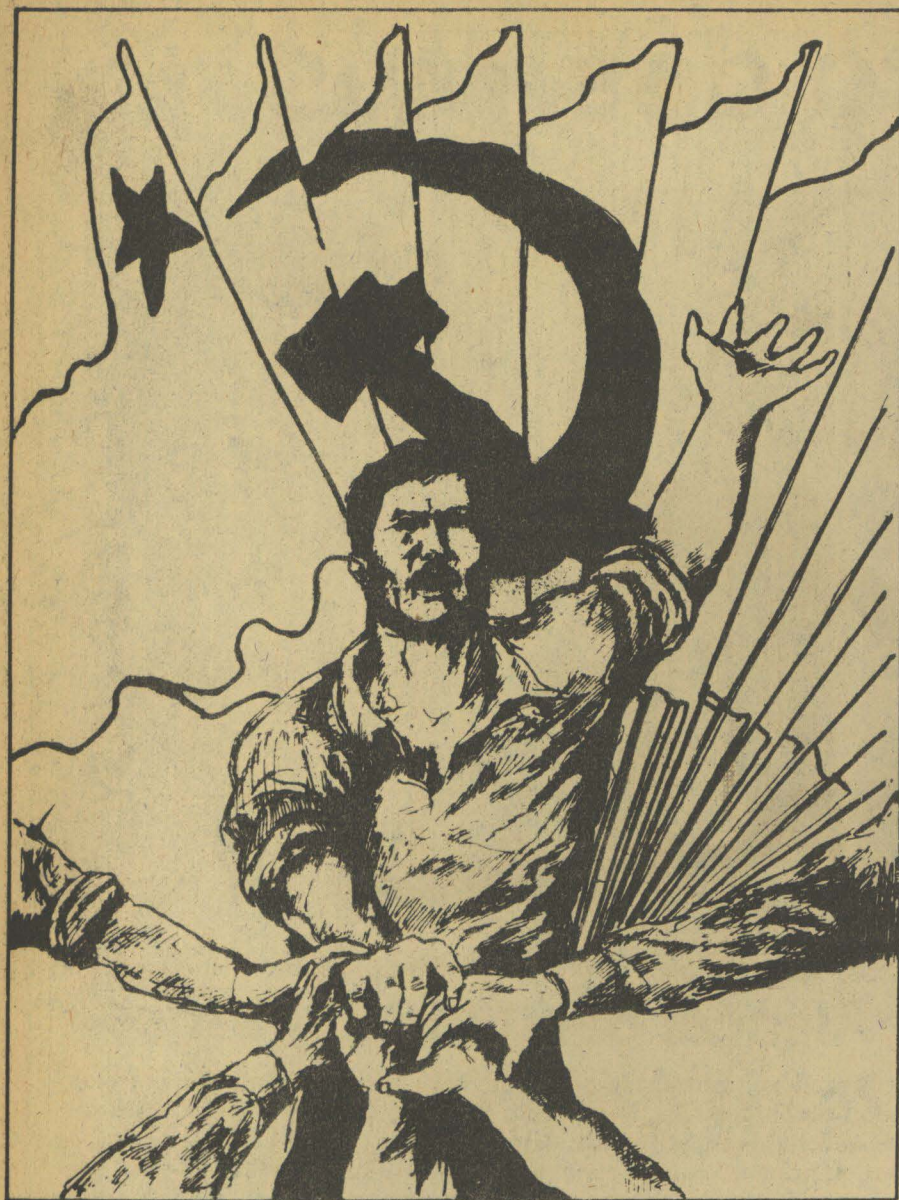
5 mil dólares só na conta de lápis

Hoje, a existência do Relatório Saraiva é confirmada pelo próprio ministro do Exército, general Valter Pires. Este, quando a CPI da Dívida requisitou o Relatório, respondeu que não podia fornecê-lo por ser um documento secreto, de segurança nacional.

Mariza Tupinambá, ex-funcionária da Embaixada brasileira em Paris, que trabalhava ao lado da sala de Delfim Netto, confirmou na CPI todas essas denúncias. E fez outras, como a de que a conta da Embaixada brasileira em Paris apresentava gastos de 5 mil dólares só com a compra de lápis e que coisas semelhantes aconteciam na Embaixada de Londres, onde Roberto Campos era embaixador.

Setores do governo tentaram desmoralizar o depoimento de Mariza Tupinambá, esquecendo que, como funcionária de confiança da Embaixada, ela conhecia em detalhe tudo que se passava ali. O coronel Saraiva mesmo, no seu depoimento, disse que tinha tido apenas relações superficiais com Mariza Tupinambá, mas teve que voltar atrás quando lhe exibiram uma carta de seu próprio punho endereçada a Mariza.

Este conjunto de depoimentos seria suficiente para colocar o ministro Delfim Netto sob suspeição de ter praticado crime de lesa-pátria, afastando-o do Ministério e apurando judicialmente o que houve. Mas nada disso acontece. Delfim continua impune, arrochando salários, entregando sempre mais a soberania do país, pressionando, ameaçando e ofendendo o Congresso Nacional. (Moacyr de Oliveira Filho)



O direito à legalidade do PC do Brasil

A classe operária é a única que tem condições de dirigir de forma consequente a luta do povo para pôr fim ao governo do general Figueiredo e ao regime militar. É a classe de vanguarda que, aliada às forças progressistas, pode conduzir o país com passos seguros para sair da crise, conquistar a liberdade e construir o socialismo. Por isto mesmo, é importante lutar pelo direito do PC do Brasil atuar legal e abertamente.

O desenvolvimento capitalista, nos últimos anos principalmente, acumulou riquezas fabulosas nas mãos dos grandes banqueiros, industriais, fazendeiros e das multinacionais. Levou milhões de trabalhadores à fome e à miséria. Conduziu a uma crise de grande profundidade, para a qual a burguesia só tem uma saída: desemprego em massa, rebaixa dos salários, liquidação dos direitos dos operários, aumento da repressão. O capitalismo é um sistema caduco, que precisa dar lugar ao novo, que é o socialismo. Só o Partido Comunista, armado com a teoria científica marxista-leninista, pode agir como estado-maior da classe operária e das massas oprimidas para realizar esta transformação social e política.

Hoje, não se pode falar em democracia sem que o proletariado, que já constitui a ampla maioria da população, possa organizar legalmente o seu Partido. Mas o regime militar insiste em manter na

ilegalidade o Partido Comunista do Brasil.

A legalização da atividade dos comunistas não virá, portanto, através de favores dos poderosos. É muito menos por simples reivindicações jurídicas — por mais justas que sejam. Esta é uma questão que só se resolve pela unidade e luta dos trabalhadores e de todos os democratas. Está intimamente ligada à liquidação do regime militar e à conquista da mais ampla liberdade política.

É urgente que, através de um vigoroso movimento de massas e da pressão democrática, o Partido alcance na prática condições para atuar abertamente. É nesta luta que hoje os comunistas estão empenhados, ao realizar no próximo dia 28, na Assembléia Legislativa de São Paulo, um ato público pela legalidade do PC do Brasil. E têm encontrado enorme receptividade, principalmente entre os operários.

Num mutirão na porta da Volkswagen, operários em grande número pediram os adesivos de propaganda da luta pela legalidade dos comunistas e, orgulhosos, pregaram no peito a foice e o martelo com o nome do Partido. Na manifestação contra o decreto 2.045 no dia 30, na praça da Sé, também se viam centenas de trabalhadores com o adesivo vermelho com o símbolo e o nome do PC do Brasil.

Além da Comissão Nacional pela Legalização do PC do Brasil, em São Paulo e por todo o país já se formam comissões locais pela legalidade. E este movimento tem sido bem recebido entre os verdadeiros democratas.

Em cada bairro, fábrica, escola, povoado, usina ou fazenda, é da maior importância que os operários e trabalhadores discutam e tomem iniciativas para multiplicar as forças que com toda certeza levarão o nome e as propostas do PC às amplas massas populares, para construir um novo governo onde o povo faça valer a sua voz e para conquistar o socialismo. (Rogério Lustosa, da Comissão Nacional pela Legalização do PC do Brasil).



A bandeira do PC do B, na Praça da Sé

PDS manobra para manter o arrocho

Saiu o "documento dos 11", feito por senadores e deputados do PDS; apresenta alternativas para o decreto 2.045. Com essa proposta os trabalhadores saem da frigideira e caem no fogo; é bem pior que o 2.045. A proposta foi apresentada como "consulta ao PDS" mas não passa de manobra de Roberto Campos-Delfim, abençoada por Figueiredo.

Na última terça-feira o documento foi divulgado na imprensa; no dia seguinte já estava desmascarado. O ex-ministro Pratini de Moraes, relator do grupo dos 11, acabou se traido ao dizer que o documento já estava pronto há 15 dias. A maioria dos pedesistas viu o documento apenas pelos jornais. O próprio líder governista na Câmara, Nelson Marchesan, confessou: "Eu mesmo não conhecia o documento do Pratini".

O documento pouco tem a ver com o conjunto do PDS. Foi na verdade concebido por técnicos da Secretaria do Planejamento, da Fazenda, e com forte influência de Roberto Campos, um dos representantes diretos do imperialismo norte-americano no Brasil.



Participantes do "Grupo dos 11" do PDS reunidos no Rio

FALSA LIBERDADE

Mas afinal quais são as propostas? Na questão salarial a posição é dividir os reajustes em duas partes: uma automática, em torno de 50% do INPC, e outra a ser negociada com os patrões. No entanto o total da folha de pagamento não poderia ultrapassar 80% do INPC.

Essa proposta não é novidade; os banqueiros internacionais têm insistido nessas falsas "livres negociações". Num momento de recessão prolongada, de inflação se aproximando dos 200%, com Sindi-

catos atrelados ao Ministério do Trabalho, com leis que impedem a greve e particularmente com milhões de trabalhadores desempregados, as negociações não seriam livres. Os efeitos seriam ainda piores que os do decreto 2.045.

CAMINHO

PARA A DERROTA

Mas a proposta não fica apenas nos salários. Investe contra as empresas estatais, propõe aumento dos impostos, condiciona a solução dos problemas nacionais ao acordo com os banqueiros estrangeiros, propõe alterações na previdência e no BNH, na agricultura e nos subsídios.

Isso tudo vai encontrando forte reação da sociedade. Dentro do PDS se multiplica o descontentamento com a falsa consulta. O prazo para a votação do 2.045 termina no dia 31 de outubro. A pressão do governo e dos banqueiros internacionais está atingindo o máximo. Até o próprio Schultz, segundo homem do governo norte-americano e sócio de Mário Garnero e de vários burgueses monopolistas brasileiros, vem pessoalmente ao Brasil no dia 24 fazer chantagem. Altas fontes do PDS divulgam na imprensa que o congresso tem o prazo até o dia 24 de outubro para aprovar as medidas do FMI, se não a casa cai.

O governo e o FMI caminham para uma séria derrota tanto na votação do 2.045 quanto com essa falsa consulta ao PDS e à oposição. A alternativa já está pronta na mão do Delfim: um decreto no mesmo rumo do 2.045 e do documento dos 11, ou seja um impasse institucional, mais um decreto que, derrotado, isola o governo politicamente.

Apesar do 2.045 se restringir mais à questão salarial, causou enorme comoção nacional e generalizado protesto, calcule que ampla reação irá causar um super-decreto que com o mesmo espírito mexe com salários, impostos, habitação... (Luís Gonzaga)



Sérgio Barroso, do Sindicato dos Médicos, fala aos populares

Alagoanos rejeitam os decretos esfomeadores

Continua por toda parte o protesto dos assalariados contra o decreto da fome — o 2.045. Terça-feira foi a vez dos trabalhadores alagoanos realizarem um ato público, no calçadão do Comércio, centro de Maceió, com a presença de cerca de mil pessoas, muitas faixas e bandeiras.

O protesto, convocado pela Intersindical de Alagoas, teve a participação de sete sindicatos de trabalhadores rurais, quatro sindicatos e dez associações urbanas, além de associações de bairro e parlamentares oposicionistas. Anunciado como "o enterro do 2.045", foi marcado pelo repúdio

veemente a este decreto e a qualquer sucedâneo que venha a ser imposto ou "negociado" pelo governo Figueiredo. "Não negociamos o arrocho salarial; lutamos para derrubá-lo" — disse um dos oradores.

Os trabalhadores alagoanos denunciam que, depois de três meses de vigência do decreto 2.045, a pretexto de combater a inflação, os preços sobem mais do que nunca. Alguns dos oradores foram bastante aplaudidos ao colocar a necessidade da substituição imediata do governo atual por outro, democrático, provisório e com participação popular. (da sucursal).

Motorista baiano quer anular eleição fraudada

Revoltados com a escandalosa fraude, os motoristas e cobradores baianos já entraram com pedido de anulação da eleição no Sindicato dos Condutores de Veículos, realizada semana passada, que resultou na manutenção do arqui-pelejo Braulino Sena. Caso a Justiça negue o pedido, a categoria convocará uma assembleia para destituir o traidor na marra.

Braulino utilizou todos os meios sujos para manter seu reinado de traição no Sindicato e impedir a vitória de seu mais forte adversário, a chapa 4. A própria diferença de mais de três mil votos entre o pelejo e a chapa 4 evidencia a fraude. As outras três chapas (duas delas articuladas por Braulino e outra por um grupo divisionista) tiveram votação ridícula.

Hélio Silva, candidato a presidente pela chapa 4 e motorista da Viaçul, não se surpreendeu com o resultado: "Houve conivência demais do DRT e da polícia para segurar o pelejo". Sua chapa entrou com pedido de apuração

de fraude, denunciada formalmente por uma das mesárias, Ana Célia. Ela acusou o presidente da mesa coileira 17, Eugênio Alves, de tê-la obrigado a assinar cerca de 70 cédulas de pessoas que não votaram, sob ameaça do tipo: "Quem se mete no meu caminho eu tiro da frente".

Segundo a advogada da chapa 4, Nélia Almeida, a denúncia de Ana foi comprovada durante a apuração, na terça-feira: todos os votos da urna 17 tinham assinatura de uma mesma pessoa. E a oposição conseguiu depoimento por escrito de alguns rodoviários cujos nomes se encontravam na lista de votantes, mas que garantem que não votaram. Ao documento também foi incorporado outra denúncia grave: várias cédulas da urna 12, com votos para a chapa 4, foram encontrados pelo repórter do jornal *Tribuna da Bahia* em um esgoto no bairro da Cidade Nova. Outra fraude denunciada é que as urnas 2, 3, 4, 11 e 15 saíram da sede sindical um dia antes da data marcada para o início do pleito e chegaram aos locais de votação já repletas de votos para Braulino.

Para impedir a vitória da chapa 4, a mais forte e combativa, juntaram-se a Polícia Federal, Militar e Civil, os empresários e o governo. Carros oficiais da Coelba e da Teleshahia foram vistos a serviço de Braulino. Ival Figueiredo, presidente do Sindicato patronal, afirmou numa reunião que "não podemos deixar o pessoal da Jane ganhar", referindo-se a vereadora Jane Vasconcelos, ex-presidente do Movimento Contra a Carestia, que liderou a luta contra o aumento abusivo das tarifas em 1981. O delegado da PF Jamil Oliveira comandou pessoalmente a repressão.

Com tantas evidências de fraude, Hélio Silva acredita que a eleição será anulada. Caso isso não ocorra já se articula a convocação de uma assembleia geral para, estatutariamente, destituir o pelejo. Nos terminais e nas garagens dos ônibus é generalizado o sentimento de revolta. "Ele não pode ficar mais no Sindicato porque não defende a classe, mas os patrões", explicou um cobrador da PSS. "Vamos derrubá-lo de qualquer jeito", garante um motorista da Joevanza. (da sucursal).

Eleição na UERJ: de que lado está Leonel Brizola?

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) vive dias de luta. Dia 8 de setembro, a Assembléia Legislativa aprovou por unanimidade, pela lei 672, a eleição direta do reitor da UERJ, e não sua nomeação pelo governador. Lançaram-se candidatos, fez-se a campanha, mas na véspera da eleição — marcada para o dia 6, o Supremo Tribunal Federal emitiu liminar suspendendo-a, por questionar sua constitucionalidade.

Alunos, professores e funcionários da Universidade fizeram gigantescas assembleias, com até 10 mil participantes, e decidiram realizar a votação de qualquer maneira, nos dias 18 e 19 próximos. O pleito porém não terá caráter oficial, segundo o DCE e as Associações de docentes e funcionários: o resultado será encaminhado ao Conselho Universitário e ao governador Leonel Brizola, a quem caberá aceitar ou não o veredito democrático da comunidade universitária.

Assim, o desfecho da luta depende em grande parte da postura de Brizola, que terá de escolher entre ficar com o povo ou alinhar-se com o Planalto. Dia 8, o governador afirmou: "Não cogito de aceitar o candidato mais votado para reitor". Resta saber se a pressão da opinião pública fará com que ele mude de idéia. (da sucursal)

Oposição Unida no Sindicato do Papel e Papelão

Os trabalhadores das indústrias do papel e papelão de Guaíba, na Grande Porto Alegre, lançaram uma chapa — "Oposição Unida" —, para acabar com 15 anos de inércia na direção do seu Sindicato. Com o apoio dos operários das fábricas Riocell (que concentra a metade dos votantes), Melita e Pedras Brancas, a chapa está confiante na vitória, nas eleições marcadas para os dias 17, 18 e 19.

A proposta da "Oposição Unida" destaca: "Ano a ano, em nossos dissídios, não conseguimos mais do que migalhas. A situação está difícil para todas as categorias de trabalhadores, mas os que têm um sindicato forte e democrático conseguem muito mais do que nós". (da sucursal)

Construção civil de Goiânia: jogo sujo do pelejo

O pelejo Braz Concentino, presidente do Sindicato da Construção Civil de Goiânia, usou um truque nada honesto para afastar a chapa de oposição na eleição sindical marcada para janeiro de 1984. Durante mais de um mês ele recusou-se a atender aos operários da oposição que tentavam regularizar suas contribuições para o Sindicato — atrasadas devido à crise. "A pessoa chegava com o dinheiro, com toda a papelada, e não conseguia" — conta Luís Teotônio da Silva, presidente da Chapa 2.



Uma história dos sindicatos rurais de Pernambuco

Por iniciativa do DCE da Universidade Federal de Sergipe, foi lançado em Aracaju o livro "Sindicalismo versus Repressão". De autoria do sergipano Paulo Menezes, hoje radicado em Palmares, Pernambuco, o livro conta a história do destacado líder sindical camponês José Eduardo, fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares. Presente ao lançamento, o próprio Zé Eduardo comentou que este livro conta um bom pedaço da história do sindicalismo rural do Brasil. (da sucursal)

Retomada a Casa do Estudante Acreano; na luta

Depois de passar seis anos nas mãos de pelejos, que nem estudantes eram, a Casa do Estudante Acreano (CEA) foi finalmente retomada este mês, numa assembleia com cerca de mil estudantes de primeiro e segundo graus. Os jovens elegeram uma diretoria provisória e imediatamente foram em passeata do Colégio Metrópoli, local da assembleia, até a Casa do Estudante onde os novos dirigentes foram empossados. (da sucursal)

Congresso da UNE: "Vamos centrar fogo no governo"

Os estudantes também sofrem, na carne, com a política governamental ditada pelo FMI. Este será um tema em pauta no próximo Congresso da UNE, dias 20 a 23 de outubro, em São Bernardo do Campo. A TO ouviu a respeito o atual tesoureiro da entidade, *Pai*, que exprimiu as opiniões da corrente "Viração" — a mais forte do movimento estudantil.

Pai, ou Acildon de Matos, como quase ninguém o conhece, é estudante de arquitetura na PUC de Campinas e foi diretor da União Estadual dos Estudantes de São Paulo antes de ser eleito para a UNE. Ele é incisivo quanto à situação que vai se criando na universidade brasileira:

"O MEC (Ministério da Educação e Cultura) tinha plano 1982 um orçamento de 410 bilhões de cruzeiros. Para 83 a ministra (Esther Ferraz) pediu 1 trilhão, mas o que veio da Secretaria do Planejamento foram 536 bilhões. No acordo com o FMI, cortaram 12 bi-

lhões, ficaram só 524. Quer dizer, não dá 30% de aumento, quando a inflação está em 175%!"

Quanto às lutas estudantis, *Pai* aponta, no balanço de 1983, dois aspectos positivos: "Primeiro, todo mundo entendeu a necessidade da unificação. Na luta contra os aumentos das mensalidades, por exemplo, ficou claro que não dá para combater a política do governo numa escola só. Segundo, houve um avanço nas formas de luta. Antes era boicote, greve, invasão de reitoria; este ano o pessoal saiu para a rua, e todos os panfle-

tos e cartazes eram contra o governo e sua política, não contra as reitorias".

"O QUE CONSEGUIMOS?"

Não haveria debilidades na unificação do movimento? O tesoureiro da UNE admite que sim; apenas o 25 de agosto, assinalado como Dia Nacional de Luta na maioria dos Estados, representou uma forma de luta unificada ao nível do país. Mas ressalta que "a luta se encaminhou nos mesmos eixos, definidos pela UNE: rebaixamento dos reajustes das mensalidades nas escolas particulares, suplementação de verbas nas estatais, democracia nas escolas e particularmente reitores eleitos, como se reivindicava agora na UERJ".

Ele sublinha, ainda, as limitações da luta dentro das universidades: "Contra os aumentos nas mensalidades, por exemplo, o que se conseguiu? No máximo, na FMU, uma redução de 58% para 40% de reajuste semestral, ainda assim por quatro meses. A luta pela democratização da universidade, sozinha, também tem limitações. Veja o caso da Universidade Federal de São Carlos: houve dois meses de greve, passeata, ato público, caravana, comitê de apoio, alunos, professores e funcionários empenhados... e não conseguimos a eleição do reitor, porque esta é uma questão que depende de lei federal e o governo não abriu mão."

"Está ficando claro — conclui — que não é possível uma universidade democrática, com melhores condições de ensino, pública e gratuita, como queremos, com a vigência desse regime, dessa orientação política e econômica. Daí a necessidade de nos engajarmos também na luta política por outro governo, inclusivo para conquistar nossas reivindicações dentro dos muros das escolas".

Para o Congresso deste mês, *Pai* defende uma plataforma política de amplo consenso entre os estudantes, com pontos como o rompimento com o FMI e a suspensão do pagamento da dívida externa, o

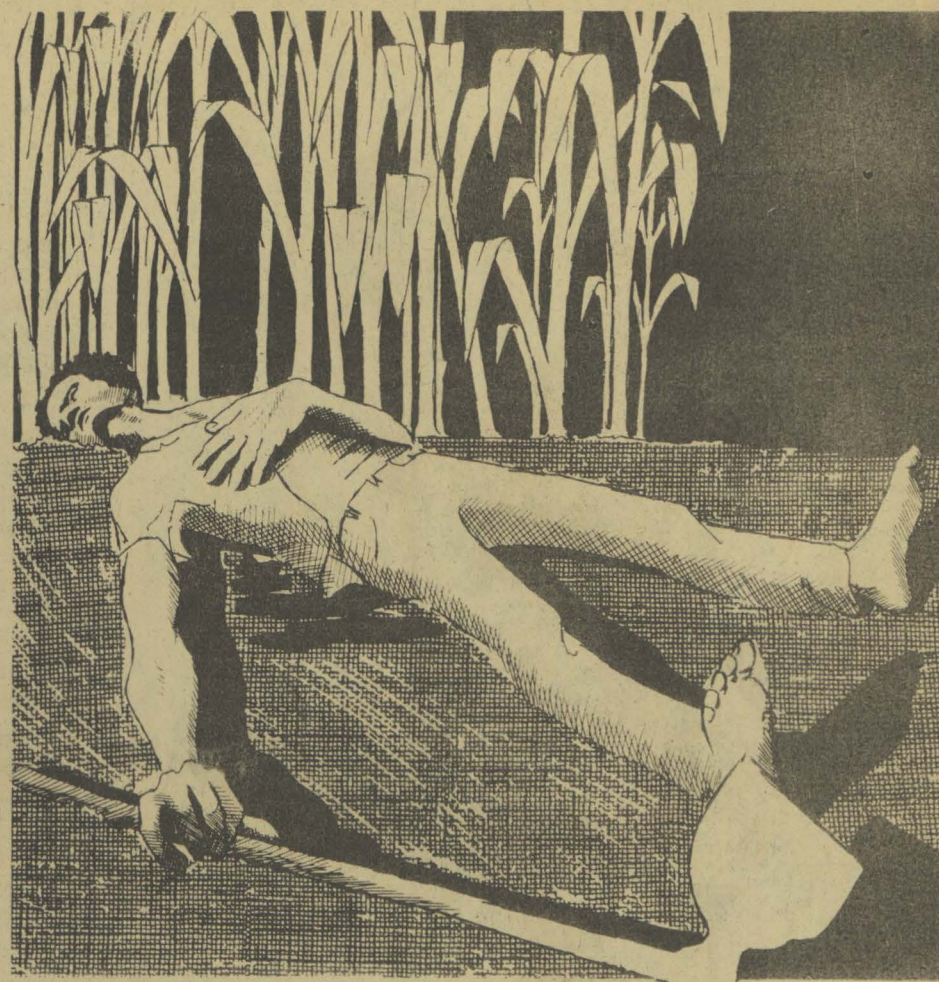
fim do regime militar e eleições diretas para presidente da República. E argumenta: "A 'Viração', entendendo que a UNE é representativa do conjunto, vai se ater às principais questões e à necessidade de encaminhá-las de maneira unitária e combativa. O que nós vamos combater é o que aconteceu na UEE de São Paulo (veja o box): apegar-se às bandeiras que dividem, partidizar o Congresso, aferrar-se ao secundário".

"TIRARAM A MÁSCARA"

O quadro do movimento estudantil complicou-se, na preparação do Congresso da UNE, na medida em que os adeptos da "Voz da Unidade" partiram para uma postura agressiva em defesa de sua linha de conciliação com o governo Figueiredo. "Antes — explica *Pai* — eles tinham uma política conciliatória mas tinham medo de colocá-la, devido à grande radicalização do movimento estudantil. Mas de julho para cá tiraram a máscara, a ponto de dizer que a contradição principal no Brasil hoje é entre a política econômica do governo e a política de abertura, e que portanto devíamos defender a abertura".

Para defender esse tipo de proposta, os simpatizantes da "Voz" que estão dentro da reitoria da UNE tentaram, como na UEE-SP, mudar os critérios para escolha de delegados ao Congresso da UNE. "Nós não vamos concordar com isso" — diz *Pai*: "Estamos convocando o Coneg (Conselho de Entidades Gerais) para um dia antes do Congresso, dia 19, para resolver esta questão e deixar claros os critérios".

Apesar deste elemento complicador, o tesoureiro da UNE mostra-se confiante na força e na justeza das posições de "Viração". E defende uma atitude de firmeza: "Vamos dirigir nosso fogo contra o regime militar, sem compactuar com os que querem conciliar com ele, nem com os que querem importar a divisão para dentro do movimento estudantil".



Assassinato de posseiro causa revolta em laçu

O posseiro Valdelino Gomes é a mais nova vítima da grilagem na Bahia, assassinado com um tiro no peito no último dia 7. O crime ocorreu no município de Iaqu e causou revolta nos trabalhadores rurais da região. No dia 8 foi feita uma passeata com duas mil pessoas que exigiam punição para o criminoso.

Valdelino Gomes vivia com mais 13 pessoas num pedaço de terra de 25 hectares, plantando mamona, mandioca, milho e feijão. Tinha 27 anos, pai de quatro filhos. O grileiro Tomás Coelho da Purificação matou Valdelino dentro de suas terras, no momento em que ele trabalhava. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iaqu, Andreino Souza Sena — Dedé — afirmou que a polícia contribuiu para a fuga do criminoso, pois este conseguiu sair da roça, trocou de roupa na cidade e fugiu sem que esta tomasse conhecimento.

Antônio Araújo, sogro de Valdelino, denunciou que 15 dias antes do assassinato de seu genro, foi agredido na cidade com porretadas e pedradas pelo filho do criminoso. Antônio diz que o grileiro quer tomar a terra para plantar capim. Ele conta que a família trabalha nesta terra desde 1958. A partir de 1981 Tomás da Purificação começou com as ameaças, destruindo várias vezes suas lavouras. Foram feitas queixas na polícia e na justiça, mas as autoridades fizeram vista grossa.

AGRESSÃO DOS GRILEIROS

O conflito de terras em Iaqu começou em 1975, com as divergências entre as famílias dos Medrado e Magalhães. Centenas de famílias de camponeses trabalhavam no esquema de arrendamento anual na fazenda dos Medrado, a maior família

grileira da região. A família Magalhães apareceu dizendo que as terras eram suas. Os camponeses, em meio a esta disputa de grileiros, resolveram não mais pagar o arrendamento. Os Medrado começaram então a queimar as casas e espancar os camponeses.

A ligação da família, Medrado com a polícia é conhecida. O delegado Edgard Medrado é diretor do Departamento de Polícia Metropolitana de Salvador e se diz dono das terras em litígio. As prisões de camponeses se tornaram comuns. Em 1978 foram presos nove camponeses e em agosto de 1979 outros 13 posseiros foram detidos pela polícia e espancados. Pistoleiros contratados pela família Medrado perseguiram cerca de dois mil posseiros da área. Roças, cercas e casas foram destruídas. Os posseiros reagiram, cercaram a delegacia de polícia e liberaram o carro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que tinha sido preso.

Os posseiros resistem e lutam contra os grileiros, pistoleiros, polícia e governo. As famílias Medrado e Magalhães se dizem donas das terras. Um documento do Centro de Estudos e Ação Social — Ceas — entidade ligada à Igreja, afirma que 79 por cento das terras da região são disputadas pelo grileiros. A violência contra os posseiros não os atemoriza e eles dizem que o sangue derramado por Valdelino não foi em vão. (da sucursal).

PT joga na divisão sindical no ABC

Convocado pela corrente sindical petista com o interesse maior de formalizar a construção da sua Central Sindical no ABC paulista, realizou-se nos dias 8 e 9 de outubro o 1º Congresso Regional das Classes Trabalhadoras, em Santo André. O encontro contou com a participação de 11 Sindicatos, dos quais de vinte da região, e de duas Associações. Uma delegação da construção civil se fez presente, apesar de não contar com o aval do Sindicato. Sindicatos importantes, como o dos Petroleiros de Mauá e dos Metalúrgicos de São Caetano, ficaram de fora, assim como vários outros que haviam participado do último Enclat unitário da região.

Os organizadores do evento fizeram questão de limitar a discussão ao plano de lutas aprovado pelo Conclat de São Bernardo, deixando de lado a divisão existente no movimento sindical. E centraram fogo na discussão da proposta de greve geral no dia 25 de outubro — proposta que até o momento não foi encaminhada pelo conjunto do movimento sindical atuante e desgasta-se. Alguns membros da central petista já chegaram a admitir que é inviável realizar uma greve geral convocada por uma parte do movimento sindical. Vigente, diretor cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernar-

do, confessou que "o maior problema que vamos enfrentar para fazer a greve é a dúvida da categoria, que pergunta se a luta vai ser geral mesmo".

Alguns delegados propuseram a convocação de uma plenária nacional do movimento sindical para discutir as formas de luta unitárias contra os decretos de arrocho salarial, inclusive a greve geral. Mas a proposta foi rechaçada, com argumento do tipo: "Com pelego não existe unidade". Esqueceram-se, no entanto, do sucesso da greve do dia 21 de julho, que foi encaminhada unitariamente.

O mesmo exclusivismo levou a estruturação da central petista na região, apesar do alerta que foi feito pelo Sindicato dos Bancários do ABC numa nota oficial que lembrava: "Insistir na formação de uma CUT regional é possibilitar que se crie outra intersindical na região. Será que está divisão interessa a classe operária e contribui para o avanço da nossa luta?" Os bancários propunham a convocação de um congresso de unificação do movimento sindical na região, mas a proposta foi derrotada. A central petista não é, no entanto, a única que não sem escrúpulos na escolha da sua direção. (do correspondente no ABC Paulista).



Plenária do Congresso: ligeira vantagem para o Bloco petista

UEE-SP: um passo atrás

O Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo, realizado nos dias 7, 8 e 9, terminou com uma vitória, apertada, do chamado Bloco de Oposição à atual diretoria da UEE. E com uma novidade no movimento estudantil: pela primeira vez as diferentes facções petistas que compõem esse Bloco atuaram em ordem unida, sob a orientação direta do Diretório Regional do PT — que enviou seu presidente, Devanir Ribeiro, para assistir a uma reunião da sua bancada no Congresso.

O Bloco petista, que obteve uma pequena maioria entre os 600 delegados ao Congresso, adotou a tática de contornar as várias questões políticas que dividem as correntes abrigadas no seu seio. E de fazer aprovar, como porções da UEE, as bandeiras que interessam mais de perto ao PT na atualidade — em especial o apoio à central sindical formada em São Bernardo e à greve geral marcada por esta para o dia 25.

Em relação à vida da entidade, o Congresso decidiu-se pela realização de eleições diretas para a diretoria da UEE no início do ano letivo de 1984 — sem-

pre por iniciativa do Bloco petista. Até lá, em vez de diretoria a UEE-SP contará apenas com uma coordenação colegiada de 17 membros, uma vez que seria impossível compor todas as correntes do PT numa diretoria.

Porém não coube ao PT a exclusiva responsabilidade por essas resoluções, que representam um passo atrás na trajetória da entidade máxima dos estudantes de São Paulo. Igualmente negativo foi o papel jogado pelos adeptos da "Voz da Unidade", que ajudaram a impedir qualquer discussão política no primeiro dia do Congresso, ao tentar forçar uma mudança de última hora nos critérios para o credenciamento de delegados. A discussão deste ponto, extremamente longa e desgastante, terminou limitando o debate das questões relevantes do movimento estudantil, que poderia ter levado o Congresso da UEE a outro desfecho.

Privada de diretoria, administrada interinamente por um colegiado que não contou sequer com os votos de todo o Bloco petista, a entidade máxima dos universitários paulistas passa a viver em compasso de espera até as eleições diretas de março de 1984.



Pai: "Não vamos conciliar com o regime, nem importar a divisão"

Metalúrgicos do Rio vão às urnas

De 9 a 16 de dezembro ocorrem as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Há na base cerca de 150 mil operários, mas apenas 8 mil estão sindicalizados. A chapa *União e Luta* se propõe a mudar este quadro de imobilismo no Sindicato, transformando-o numa entidade ativa, dinâmica e democrática de combate a exploração e opressão.

O Sindicato dos Metalúrgicos caracterizou-se nos últimos anos por ser uma entidade que mobiliza e organiza pouco a categoria, que é a maior do Estado. Sua direção atrasada levou a classe a se afastar da vida sindical, como prova o quadro de associados. Fruto desta situação de imobilismo, na greve geral do dia 21 de julho, apesar de convocá-la nas portas das fábricas, apenas o Estaleiro Ishikawajima parou.

Porém nos últimos meses, com a proximidade das eleições, a situação mudou. Dinamizou-se e democratizou-se o processo de discussão da forma de tirar a entidade do atoleiro, do imobilismo. F uma

das soluções encontradas para fortalecê-la foi a formação de uma chapa unitária, o que só não foi possível porque alguns setores mais estreitos e exclusivistas insistiram em sair sozinhos, formando a chapa 2 e 3. A *União e Luta* congrega os setores mais representativos do movimento sindical carioca, numa composição que vai desde a atual diretoria até setores do PT.

RESGASTAR A CONFIANÇA

No último dia 7 foi lançada a chapa 1, *União e Luta*, com a presença de mais de 200 metalúrgicos. Na oportunidade a *Tribuna Operária* conversou com dois membros da chapa: José Arimatéia, inspetor de



União e Luta presente ao ato contra o 2.045 no dia 30 de outubro

qualidade da Real, e Álvaro Lins, torneiro mecânico da Embracomp. Para Arimatéia "nossa chapa se formou após 10 meses de debates no seio da classe e congrega diversas correntes sindicais que se unem na luta contra a política econômica do governo. Seu

objetivo maior é dinamizar o Sindicato, resgatar a confiança da categoria na entidade". Já Álvaro lembra que a vitória da chapa 1 "seria uma referência importante para a unificação do movimento sindical, para construção de uma CUT unitária". (da sucursal).



“Não queremos guerra e sim o que comer”

Quero solicitar um espaço para comunicar um fato que presenciei, em D. Quintino, município do Crato, Ceará.

Há em D. Quintino duas frentes de trabalho, com mais de 900 pessoas alistadas. Recebem esses trabalhadores um mísero salário de Cr\$ 15.300,00. Alguns encarregados desses bolsões fazem média com o dinheiro deste povo: pagam um mês quando se completam dois.

Há pouco tempo estabeleceram uma distribuição de feijão, para ser descontado do salário: feijão duro e ruim de cozinhar. No início de setembro chegou a D. Quintino o caminhão com o alimento a ser distribuído. O povo ali alistado ficou esperando das 6 horas da manhã às 6 da noite. Já não agüentava. Alguns deles desmaiaram de fome por passar tanto tempo a esperar. Os encarregados não atenderam a todos e o povo ali presente não gostou, prometendo que no dia seguinte retornaria. Um senhor de 59 anos de idade fez todo apelo para receber seu feijão; sendo empurrado por um dos homens, investiu contra o caminhão dando murros e pontapés e gritando:

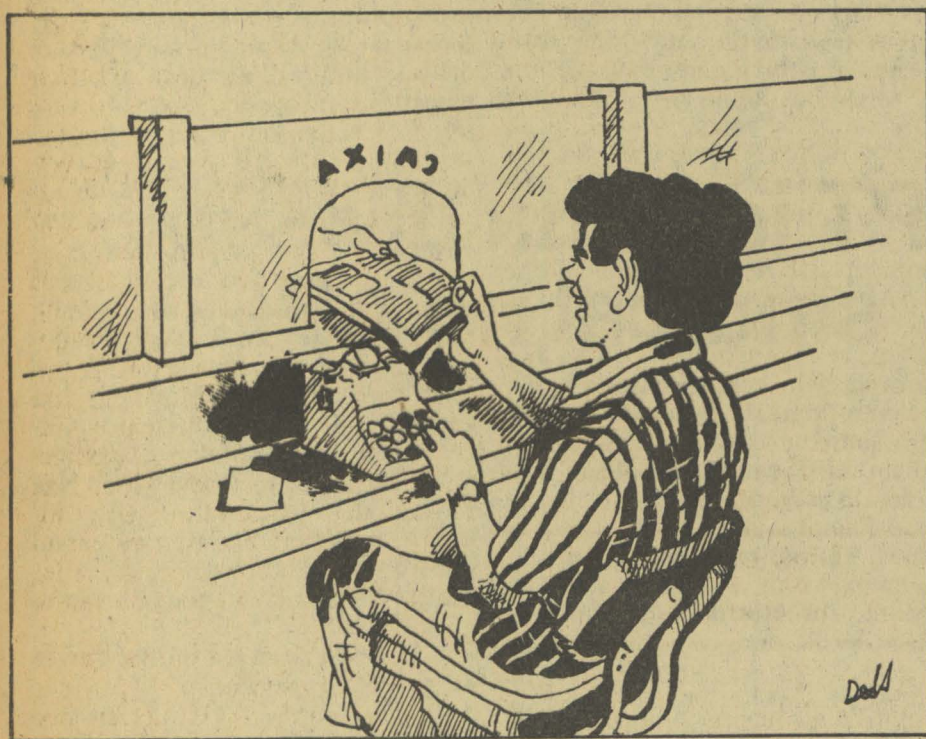
“Quero meu feijão”! Há dois dias não como nada, estou fraco, me ajudem!”

O motorista tentou sacar de um revólver e a multidão, faminta, ameaçou. “Não devemos mais aceitar essas violências. Estamos com fome. Não queremos guerra e sim o que comer” — foi o que disse um velhinho de 78 anos que ali se encontrava.

Este povo angustiado, sofrido e ludibriado está sem forças, pois o número de doenças cresce assustadoramente, a cada dia. É a fome.

Aonde estão as autoridades competentes, que só reconhecem este povo na época da eleição? A calamidade é tão grande aqui em nossa região que em toda feira semanal no Crato há protestos e concentração do povo em frente à Prefeitura. E a saída é uma simples feirinha que não dá sequer para um almoço, retornando essa massa sofrida no dia seguinte, à procura de mais um pouco de comida.

Soluções existem e muitas, como existem para encher a piscina do rico, o filho do papaizinho, e fazer média com o dinheiro dos pobres. (J.E.J. - Crato, Ceará).



Um jornal dos bancários, de combate aos banqueiros

Saiu esta semana o primeiro número da **Tribuna Bancária**, jornal de unidade e luta da categoria bancária da região sul de São Paulo contra os banqueiros e o governo militar. A iniciativa é de um grupo de trabalhadores bancários da Zona Sul, apoiados por bancários das maiores concentrações da região, como: Sudameris, Itaú, Banco do Brasil, Francês e Brasileiro, Bradesco.

A criação deste jornal partiu da necessidade de um instrumento de luta que canalizasse e elevasse o nível de unidade e organização dos bancários, na defesa dos seus

direitos e dos seus anseios. A idéia está sendo tão bem aceita que já se cogita a publicação do jornal em outras regiões, ou a nível municipal.

O jornal será mantido principalmente por contribuições financeiras voluntárias dos bancários e terá uma periodicidade inicialmente quinzenal. Por isso a comissão de criação do jornal conchama os companheiros bancários a colaborarem, escrevendo e colaborando para a manutenção deste importante instrumento de luta dos trabalhadores bancários. (Conselho Editorial da **Tribuna Bancária** - São Paulo, SP).

Detroit lucra em cima da miséria e do sangue

A maioria da produção da Detroit, de Diadema, é exportada e o lucro é dólar. Ela tem valiosos lucros em cima da miséria e do sangue dos operários que ali trabalham.

Vejam só um grande exemplo: ela está demitindo, ou seja, mandando embora, os companheiros que ganham acima de Cr\$ 500,00 por hora; e pegando outros que exercem a mesma função dos que foram demitidos por Cr\$ 294,00. É uma das maiores safadezas em toda a história.

Isto sem falar na falta de respeito em relação às necessidades e direitos dos

trabalhadores. A Detroit não dá leite para os setores poluídos; não tem higiene na alimentação; os companheiros sempre comem salada com lesmas e outros seres estranhos; não temos segurança no trabalho; a CIPA não existe, porque as pessoas foram escolhidas pela chefia e a diretoria da firma e os cursos da CIPA são depois do horário de saída. Isso é ou não safadeza?

Sob a pressão contínua até um companheiro desmaiou, por fraqueza e idade, mas lá nem sequer existe enfermeiro, quanto mais um médico, não tem convênio assistencial adequado...

Na realidade não tem nada que beneficie os companheiros. Se eu fosse colocar o que está errado, daria um jornal.

Bem, companheiros, tudo isso é porque não existe um governo que se interesse pelo seu povo e o país. O que existe só defende os estrangeiros, como é o caso dos donos da Detroit. Por isso, companheiros, é preciso mais do que nunca acabar com essa safadeza. É preciso derrubar esse regime pobre que é o regime militar — governo, ministros, e todos os ladrões que estão massacrando a nação brasileira. (operários da Detroit - Diadema, São Paulo).

Operários e Comissão da Ford deram o troco

Dia 5 de outubro, às 10 horas da manhã, a direção da Ford de São Bernardo do Campo comunicou à Comissão de Fábrica a decisão dela, de dispensar por dois dias (6 e 7) os empregados dos setores de usinagem de motor, estamparia e pintura, por falta de matéria prima. Estes dias seriam compensados posteriormente em dois sábados a serem marcados pela empresa.

A Comissão de Fábrica se opôs a esta atitude da empresa e contrapôs que a Ford devia dar os dois dias sem ter que compensar. A empresa não concordou e a Comissão convocou uma assembleia com o pessoal envolvido, para às 17 horas. Nessa assembleia ficou resolvido que eles viriam trabalhar nestes dias, para não ter que compensar.

Diante disso a Ford voltou a discutir com a Comissão de Fábrica e chegaram ao seguinte acordo: o pessoal ficaria os dois dias em casa, sem ter que compensar, mas as horas extras de dois sábados que as áreas envolvidas fizessem seriam pagas com 40% a mais, em vez de 50% como é habitual.

Isto vem mostrar mais uma vez que, por mais que



a empresa possa parecer condizente com o empregado, ela nunca deixa de explorá-lo. Pois no final do ano passado, quando a Comissão pediu a compensação da semana de festas, a Ford negou. E nas greves de julho ela não pensou

nem um pouquinho nos seus empregados, descontando todos os dias parados em um só pagamento.

Agora foi a nossa vez de dar o troco, juntos com a Comissão. (um operário da Ford - São Bernardo do Campo, São Paulo).

Glasuret exige jornada de trabalho de 12 horas

A Glasuret, em São Bernardo, está sendo palco de um filme de horror. No setor Suvini, chefes como Mariani, Barbosa e Viola, estão tratando os trabalhadores como se eles fossem um rebanho. Estão exigindo 12 horas ou mais de trabalho por dia e vivem ameaçando de demissão quem não cumprir as suas ordens.

Além disso, ofendem os companheiros com pala-

vrões e são chegados a aplicar um castigo: colocam companheiros no setor de massa corrida e exigem que trabalhem até a exaustão. Isso foi publicado no órgão do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas e Farmacêuticas do ABC.

Companheiros, a nossa fábrica procura se apresentar como “hoazinha” mas quando se trata de garantir

os lucros os patrões vão mostrando o que são: exploradores do nosso trabalho.

Quanto aos chefes que vivem perseguindo os companheiros, deviam refletir mais, pois eles são explorados como nós e podem ser demitidos a qualquer hora quando não estiverem sendo mais necessários à empresa. (grupo de apoio à TO na Glasuret - São Bernardo, São Paulo).

Salário da Autometal não dá

Um funcionário da Autometal leu a notícia no **Jornal do Planalto** informando que a Autometal S.A., uma importante indústria do ABC, está participando de uma feira internacional na Alemanha, fazendo sucesso e assinando contratos que geram muito dinheiro.

Os funcionários da Autometal estão revoltados porque produzem tanto e ganham tão pouco. Estão re-

voltados com os salários, que mal conseguem ultrapassar os Cr\$ 260,00 por hora — o que não dá para sobreviver.

Os companheiros que atuam no Sindicato e são descobertos pela direção da empresa são imediatamente despedidos. Faltam uniformes e equipamento de proteção para os operários. Os funcionários novos que chegam atrasados ou perdem

um dia ou não recebem aumento ou ainda não passam na experiência. Por todos estes sofrimentos, peço a todos os companheiros da Autometal que se unam na luta contra este capitalista explorador da classe operária.

E que se unam também contra o governo, para que assim todos os operários se unam, contra o regime e os capitalistas. (um operário - Diadema, São Paulo).

Guarda também sofre com o 2.045!

Estivemos na Mercedes (de Campinas) para a divulgação da luta contra o 2.045. No começo fomos barrados pela polícia e os guardas da fábrica. Mas conseguimos fazer a propaganda nos dois períodos. Eles queriam buscar a segurança para nos prender, mas os companheiros foram

gritando “fora Figueiredo!”, “fora o FMI!”, “fora o 2.045!”, “fora o Delfim-salário de fome!”. Os guardas não tiveram jeito e deixaram que nós entregássemos o panfleto e fizessemos nosso trabalho.

Nós os comunistas não podemos deixar de mostrar

a nossa luta. Os guardas são operários que passam a fazer repressão, sendo que eles também são trabalhadores. Mas nós vamos recrutar em todas as fábricas metalúrgicas, porque lá dentro estão os sofridos como nós. (M.C. - Campinas, São Paulo).



fala o POVO

É com alegria que publicamos desta vez quatro cartas de operários de São Bernardo e Diadema, do ABC paulista. Talvez pareça exagero, havendo tantas cartas para divulgarmos, de tantos leitores deste país tão grande. Porém o ABC é um caso especial.

Ali estão as maiores fábricas do Brasil, e também a parte mais concentrada e sólida, a nata da nossa classe operária. A **Tribuna** sempre deu um espaço especial aos operários do ABC justamente porque sabe o papel que eles podem e devem ter, para arrastar à luta todos os trabalhadores da cidade e do campo. Por isso continuem a escrever, companheiros do ABC. Nossas páginas estão abertas para suas denúncias e lutas, nas fábricas e sindicatos. E o Brasil dos explorados espera muito de vocês — o que significa também uma enorme responsabilidade.

Prefeito faz jogo para aumentar o ônibus em Aracaju

O prefeito biônico de Aracaju, Heirólito Rollemberg, do PDS, vem fazendo, cada vez mais, o jogo dos proprietários das duas únicas empresas de ônibus que monopolizam o transporte coletivo da cidade. Afirma que as empresas de transporte estão ameaçando entrar “em greve” para receber um aumento da tarifa que atualmente é de Cr\$ 90,00 — na realidade Cr\$ 100,00 porque os trocadores não dão o troco.

Sendo Aracaju uma cidade com pouco mais de 350.000 habitantes, onde a grande maioria dos moradores ganha menos do salário mínimo, é impossível estas pessoas pagarem o coletivo, que no final do mês representa 1/3 do mísero salário. Eles procuram recorrer ao sistema de táxi-lotação, que custa o mesmo que o ônibus e anda muito mais rápido. Por isso, o prefeito, juntamente com as empresas de transportes urbanos, vêm fazendo uma verdadeira propaganda, dizendo que estão tomando prejuízos, usando o presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes, Parada Garrido, para ir aos órgãos de comunicação dizer que está havendo demissões em massa. O que os motoristas são taxativos ao desmentir, como disse um deles: “As demissões se vierem a acontecer não é por culpa dos passageiros, salário, ou mesmo pelo táxi-lotação mas sim pela política econômica deste governo irracional. (morador do Bairro Industrial - Aracaju, SE)

A dívida criou um cativeiro para o povo trabalhador

Nós trabalhadores, protestamos através da **Tribuna Operária** contra a situação do Brasil, devedor de uma conta que não comemos nem bebemos, feita em nome de brasileiros de todos os níveis. O Brasil não precisa dever a outro país, porque é uma nação muito rica, que tinha e tem condições para emprestar dinheiro a outros países.

Hoje a conta é tão grande que brasileiro quando nasce já encontra uma dívida a pagar; e disto é culpado este regime que não pensa na vida de quem trabalha.

Venderam as terras do país para quem não trabalha e com isso criaram um cativeiro ao trabalhador, que é humilhado, perseguido, expulso e até assassinado, como é o caso de milhares de pessoas.

O governo tem no país um homem de sua confiança, que já devia ser processado, porque é encarregado de prejudicar a nação brasileira, que é o Delfim Netto. Eles estão jogando os brasileiros contra o país que empresta dinheiro, porque quem compra e nunca se lembra de pagar, vai chegar o dia de ser abofetado.

Companheiro brasileiro, acordemos para este problema muito sério ao ler este jornal. Dê também a sua opinião. (um leitor do Maranhão)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Condições para lutar e vencer

Nos momentos de crise, todas as forças sociais entram em ebulição. Para a instauração de um novo poder, onde o povo faça valer seus interesses, Lênin indica que não basta convencer a vanguarda, mas verificar "se estão em movimento as forças historicamente ativas de todas as classes da sociedade, obrigatoriamente todas, sem exceção, de modo que a batalha decisiva esteja completamente amadurecida."

CONDIÇÕES DO TRIUNFO

O grande dirigente do proletariado mostra que é indispensável conquistar ideologicamente a vanguarda para o combate mas que, para abordar concretamente a revolução, é preciso também encontrar os passos a serem dados para incorporar as amplas massas na batalha. Sem isso não é possível romper a máquina de opressão montada pelas classes dominantes.

A ciência da luta política tem que considerar em primeiro lugar a existência de um Partido de vanguarda, que conte com o apoio efetivo da classe operária mas que possa também se apoiar no impulso revolucionário das massas populares. Para isto, precisa orientar as formas de luta e a conquista de objetivos parciais, que auxilie o povo a separar-se tanto da influência burguesa como dos vacilantes, para vencer as indecisões e marchar para ações mais resolutas.

Lênin aponta que a batalha decisiva está madura quando: "1) Todas as forças de classe que nos são adversas estejam suficientemente perdidas na confusão, suficientemente lutando entre si, suficientemente debilitadas por uma luta superior às suas forças; 2) todos os elementos vacilantes, instáveis, inconsistentes, isto é a democracia pequeno-burguesa, que se diferencia da burguesia, estejam suficientemente desmascarados diante do povo, suficientemente cobertos de opróbrio por sua falência prática; 3) nas massas proletárias comece a aparecer e a expandir-se com poderoso impulso o afã de apoiar as ações revolucionárias mais resolutas, mais valentes e abnegadas contra a burguesia".

PRECIPITAR OU ATRASAR

Com o agravamento das contradições sociais, muitas vezes a burguesia trata de precipitar um confronto com as massas antes que estas condições descritas acima estejam maduras. Em 1964, por exemplo, tratou de organizar a provocação no Clube dos Sargentos, tendo à frente o tristemente famoso cabo Anselmo, para dar pretexto à ação golpista da direita. Outras vezes trata de ameaçar, para que as forças de vanguarda se intimidem e atrasem a mobilização das massas. Foi de certa forma o que aconteceu recentemente com a pressão no sentido da cassação do cacique Juruna.

Dentro do movimento operário e popular, oportunistas tanto de esquerda como de direita cumprem este mesmo papel de impedir que as massas se preparem para uma situação de grandes embates. Os pequeno-burgueses radicais procuram precipitar as batalhas, levantam bandeiras de uma etapa posterior, para que o proletariado se isole e enfrente a burguesia em condições desfavoráveis. Os reformistas, pelo contrário, ficam nos pequenos problemas quando as grandes lutas estão na ordem do dia.

OS DESVIOS

Os esquerdistas negam a luta por um governo provisório de frente única, porque consideram inadmissível qualquer acordo com os democratas — com isto dificultam o acúmulo de forças para quebrar o regime. Já os revisionistas negam este caminho, onde o povo unido teria condições de abrir espaço político, porque consideram melhor evitar o combate e apenas "ampliar" a abertura proposta pelo governo.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36.7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável:

Pedro de Oliveira

Conselho de Direção:

Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

Sucursais:

ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. **AMAZONAS** — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 — A (Praça da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ** — Belém: Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000. **MARANHÃO** — São Luiz: Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65000. **PIAUÍ** — Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar — CEP 64000. **CEARA** — Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206 — CEP 60000. **Sobral**: Av. Dom José, 1236, sala 4 — CEP 62100. **RIO GRANDE DO NORTE** — Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202, Alecrim — CEP 59000. **PARAIBA** — João Pessoa: Rua Padre Meira, 30, sala 108 — CEP 58000. **Campina Grande**: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar — CEP 58100. **PERNAMBUCO** — Recife: Rua Sossogo, 221 — Boa Vista — CEP 50000. **Cabo**: Rua Vigário Batista, 239 — CEP 54500. **Garanhuns**: Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3 — CEP 55300. **ALAGOAS** — Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183, Centro — CEP 57000. **Arapiaçu**: Praça Marquês da Silva, Ed. Arthur F. Neto, apto. 312 CEP 57000. **SERGIPE** — Aracaju: Rua João Pessoa, 299, sl. 28 — CEP 49000. **Bahia** — Salvador: Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro — CEP 40000. **Feira de Santana**: Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101 — CEP 44100. **Camaçari**: Rua José Nunes de Matos, 12 — CEP 42800. **Itabuna**: Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204 — CEP 45600. **MINAS GERAIS** — Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605 — CEP 30000. **Juiz de Fora**: Galeria Constância Valadares, 3º andar, sala 411 — CEP 36100. **GOIÁS** — Goiânia: Rua 27, nº 69, Centro — CEP 74000. **DISTRITO FEDERAL** — Brasília: Edifício Venâncio IV — sala 312 — CEP 70302. **MATO GROSSO** — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548. Fone: 321.5095. CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL** — Campo Grande: Rua Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 — CEP 79100. **ESPIRITO SANTO** — Vitória: Av. Vitória, 961 — Forte São João — CEP 29000. **RIO DE JANEIRO** — Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 — CEP 20000. **Rio de Janeiro**: Rua Carvalho de Souza, 155, loja F. Madureira — CEP 20000. **Niterói**: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 807 — CEP 24000. **Duque de Caxias**: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 — CEP 25000. **Nova Iguaçu**: Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605 — CEP 26000. **SÃO PAULO** — São Bernardo do Campo: Rua Tenente Sales, 229, sala 32 — CEP 09700. **São Caetano do Sul**: Rua Sta. Catarina, 39, sala 303 — CEP 09500. **Campinas**: Rua Regente Feijó, 592 — CEP 13100. **Marília**: Rua Dom Pedro, 180, 1º andar — CEP 17500. **Piracicaba**: Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367 — CEP 13400. **Ribeirão Preto**: Rua Sergipe, 119 — CEP 14100. **Santos**: Av. D. Pedro II, nº 7 — CEP 11100. **São José dos Campos**: Rua Sebastião Hummel, 185, sala 7 — CEP 12200. **Taubaté**: Rua Souza Alves, 632, sala 5 — CEP 12100. **PARANÁ** — Curitiba: Rua Martin Afonso, 370 — CEP 87000. **Londrina**: Rua Sergipe, 891, sala 7 e 8 — CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL** — Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29 — CEP 90000. **Caxias do Sul**: Rua Dr. Montauray, 658, 1º andar, sala 15 — CEP 95100. **Pelotas**: Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 — CEP 96100.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236, loja 8. Tel.: 263.7400 — São Paulo — SP.

A dança dos técnicos no jogo dos cartolas

O agonizante futebol profissional expõe mais uma ferida na carcaça combalida. A "dança" dos técnicos coloca, semanalmente, um punhado deles na fila do desemprego. Mas a qualidade dos espetáculos permanece ruim. E os cartolas despedem técnicos a cada sucessão de fracassos.

A quase totalidade da última geração de super-craques empreendeu o vôo em busca dos dólares do futebol italiano. Os que aqui ficaram, não conseguem manter um mínimo de qualidade capaz de atrair a atenção dos torcedores. Os campeonatos são longos, chatos, cheios de artifícios que tornam desnecessários dois terços das partidas. Os torcedores desaparecem dos estádios, desmotivando ainda mais os já desanimados jogadores.

Eis o retrato, sem cores e sem retoques, do futebol paulista. Um grau de decadência inimaginável para quem acompanha sua história há pelo menos dez anos. Shows de violência, pragas de empates sonolentos e campanhas vexatórias é o balanço da trajetória do campeonato.

Os cartolas, ditadores vitalícios do futebol — o presidente do Palmeiras, Paschoal Giuliano, por exemplo, é dirigente do clube desde a década de 50 — densos de "imaginação", procuram socorrer o incêndio com bafo de maçarico. O Botafogo de Ribeirão Preto trocou de treinador três vezes no atual campeonato. Onze, dos vinte clubes que pertencem à primeira divisão, trocaram de técnico desde o início da temporada. E dezoito treinadores

perderam o emprego no mesmo período.

FANTASMA DA DECADÊNCIA

É verdade que a tradição do nosso futebol, mesmo nos melhores dias, sempre reservou instabilidade para os técnicos. Difícilmente algum deles consegue conservar o cargo num mesmo clube por mais de dois anos. E, nos clubes grandes, o recorde de Lula, que dirigiu o Santos por dez anos, só pode ser atribuído à excepcionalidade do time de Pelé, que nunca conheceu o sabor do fracasso. Mas não deixa de ser divertida — mesmo trágica — a insistência dos cartolas em espantar o fantasma da decadência técnica demitindo os preparadores.

Os técnicos reclamam da permanente falta de respeito à profissão. Outros, para livrar a responsabilidade dos vexames, atribuem a má fase técnica ao péssimo estado dos gramados e às arbitragens deficientes. Poucos colocam o dedo na ferida.

ADMINISTRANDO BORDERÔS

Não pode funcionar uma estrutura que só investe no produto acabado. A Federação apenas administra borderôs. Os clubes procuram desesperadamente um craque milagroso. Ninguém constrói campos para o futebol de várzea, estágio inicial para qualquer jogador de bola. Não há terreno baldio nem praça esportiva para as crianças ensaiarem os primeiros dribles. Nas escolas não se pratica o futebol, como de resto nenhum outro esporte.

Técnico nunca ganha jogo. Nem quando estréia e nem quando é despedido. Mesmo porque, em seu lugar entrará outro despedido de um clube que, certamente, também não fazia campanha brilhante. "Jogador é jogador, técnico é técnico", diria mestre Didi. Bom ou picareta, nenhum é milagreiro. Só os cartolas não sabem. (Jessé Madureira)



Estádio vazio não comemora gol

A segunda edição da Guerrilha do Araguaia

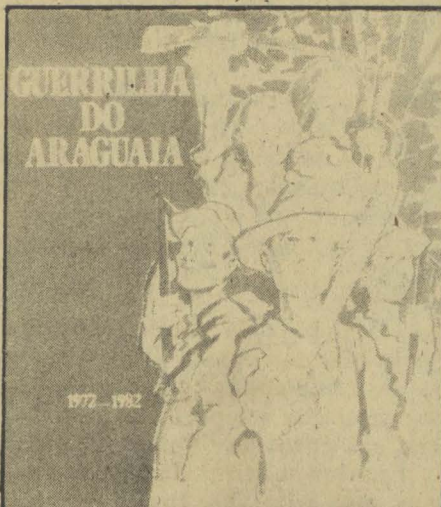
A Editora Anita Garibaldi está lançando a 2ª edição da revista "Guerrilha do Araguaia". Quando de seu aparecimento, no ano passado, a revista foi objeto de grande interesse da parte de democratas e trabalhadores. Palestras e debates foram realizados sobre a guerrilha, ponto alto da luta dos trabalhadores brasileiros contra o regime militar.

Mas o governo ditatorial, que até hoje cerceia informações sobre a luta armada no Araguaia, investiu também contra a publicação. Arbitrariamente, a revista foi proibida, e palestristas e até ouvintes de uma sessão de lançamento, em Salvador, foram presos, torturados e processados.

Teve início, então, uma batalha judicial que terminou com o arquivamento do processo contra os indicados em Salvador e os editores da revista, e a liberação da publicação. Contudo, para o prejuízo político e econômico (vários exemplares, foram apreendidos pela Polícia Federal), não houve ressarcimento.

Agora, a Editora Anita Garibaldi

lança uma segunda edição da "Guerrilha do Araguaia", que aborda um acontecimento de alto significado para a história da resistência do povo brasileiro: As jornadas revolucionárias do Araguaia, comandadas pelo Partido Comunista do Brasil. A revista pode ser solicitada à Editora Anita Garibaldi, rua Major Quedinho, 300, sala 3, CEP 01050, com envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 2.000,00.



A revista sobre a luta no Sul do Pará

A crítica marxista ao eurocomunismo



O Eurocomunismo é Anticomunismo, de Enver Hoxha — secretário do Partido do Trabalho da Albânia — é o próximo livro que a Editora Anita Garibaldi vai lançar.



O último disco de Dominguinhos sofre o boicote à música popular brasileira.

Dominguinhos: 'respeitem a MPB'

Dominguinhos, o sanfoneiro que o próprio Luiz Gonzaga diz ser seu herdeiro no reinado do forró, está com disco novo: "Festejo e Alegria". Mas, como todo artista nacional, está sofrendo um boicote generalizado nas programações de rádio e tevê. É o que ele denuncia nesta entrevista exclusiva para a Tribuna Operária.

T.O. — Como vai seu trabalho, atualmente?

Dominguinhos — Como você sabe, é um trabalho de música popular, basicamente regional. De um modo geral vai bem. Mas está difícil ter o disco executado no rádio e tevê. Lancei recentemente o "Festejo e Alegria". Estão tocando aí. Mas é pouco. Nós vivemos numa era de muito roque. O bate-estaca está tomando conta de tudo.

Estive em Montes Claros, Minas, longe daqui. Fui numa FM, gravei uma mensageirinha. Mas toda a programação é gravada. Esse esquema das "transaméricas" da vida. Aqui em São Paulo tem uns programas de música caipira em FM. Mas, onde toca a música caipira, a nordestina não toca, e vice-versa. Na tevê tem uns programas onde a música caipira impera, e o nordestino não bota o pé. E na TV Educativa, do Rio, tem um programa de forró onde não entra música caipira. É um absurdo! O caipira e o nordestino se respeitam muito. O bairrismo é do programador, mesmo. Agora, se a gente falar da música instrumental nas rádios, aí é um horror, né? Um grupo de músicos veteranos, como o Medusa, que tem o Amilson Godói, e não toca...

T.O. — O Paulino Nogueira, em entrevista para o T.O., queixou-se também que até para gravar um disco instrumental é uma dificuldade...

Dominguinhos — É isso mesmo! O Osvaldinho do Acordeon está tendo que cantar, né? Eu mesmo canto, há muitos anos, e sempre gostei mais de tocar. Mas aqui as coisas têm que ter letra, né? Se não tiver as palavras, as pessoas não aceitam muito. Você vê, o Osvaldinho está com um trabalho bonito. E de repente ficou sem gravadora. E aí tem os problemas de informação. Você pega os jornais conceituados, vem aquele "Serviço", que você tem que botar o óculos pra ler. Daí vem pro Brasil um bailarino estrangeiro, que nem se apresenta, e tem uma repercussão nacional. São coisas do nosso Brasil.

Forró não entra em programa caipira!

T.O. — A que você atribui o problema de divulgação da música brasileira?

Dominguinhos — Nas rádios tocam, de nacional nordestino, mais as músicas de Alceu, Elba, que têm um esquema de bandas eletrônicas. Mas ninguém toca a Marinês, que é uma pessoa que a Elba Ramalho regravou tudo quanto é música que ela grava. Toca a Elba, com aquela voz estranha. E a Marinês, uma cantora extraordinária, com uns 30 anos de carreira, não toca. É um desrespeito à nossa cultura, às nossas coisas.

A origem disso é o desrespeito aquilo que é nosso. As leis dizem que é pra tocar tanto de nacional e tanto de estrangeiro. Mas não são cumpridas. Cadê o governo? Nós nem podemos dizer que temos governo. Com isso, a música do Brasil acaba fazendo roque também, que é o que toca. No programa do Chacrinha, você só vê nego



Dominguinhos, herdeiro do Rei do Baião

cantando roque. As loucuras de Gang 90, Blitz, Rádio Tâxi. Ali pelo meio você vê um Gonzaguinha, porque já tem um trabalho reconhecido. Mas quantas vezes você vê ali um sambista?

Cadê o governo? Nós nem temos governo.

T.O. — E o problema do nordestino ter que vir por Sul pra fazer sucesso?

Dominguinhos — Pois é. É só em determinadas épocas, de festejos juninos, a gente pode se apresentar no Nordeste. Porque lá é pior do que aqui, o costume é copiar daqui. As emissoras têm os locutores com a mesma bossa, a mesma voz daqui. Me dá vontade de voltar a morar no Recife, mas de repente você não tem campo de trabalho. Fica como santo da casa, e eu fico muito arreitado com isso. E lá tem umas pessoas cantando bem, tocando bem. Tem umas gravadoras que são uma coisa horrível, todo mundo gravando em dois canais. Uma coisa feia, sem condições técnicas. Num lugar grande como é Recife. Um desrespeito. Nas rádios, só música estrangeira. Fiquei lá uns dois meses, ano passado. Tentei me apresentar, e me falavam: "Esta não é época de sanfoneiro tocar".

T.O. — A situação parece que te deixa meio pessimista...

Dominguinhos — É que eu fico meio torto com o que está acontecendo com a gente. Nos jornais só têm notícias ruins. É impossível você se abster desse tipo de coisa. Essa campanha "Nordestinos"... Tem coisa pior do que isso? Um paliativo perigosíssimo! A maior demagogia do mundo. Aquela comidinha que vai lá pra uma cidadezinha do interior do Nordeste. O matuto passa uns dez dias comendo, e daqui a pouquinho ele está do mesmo jeito. Eu participo, que me pedem. Mas não boto fé de jeito nenhum, nem com a peste. A primeira coisa de um governo que se respeite era impedir uma campanha dessa de acontecer.

T.O. — Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

Dominguinhos — Só uma mensagem: Peço maior respeito à música popular brasileira. Que isso seja uma coisa normal. (Carlos Pompe)

S. Bernardo das favelas

Nos últimos dez anos o que mais cresceu em São Bernardo do Campo — o maior centro industrial do país — foram as favelas. O número de favelados saltou de 6 mil para mais de 80 mil. A situação chegou a tal nível de um favelado dizer que “nas favelas não existe mais lugar para fazer barracos”. Um outro afirma que a culpa disso é do governo federal.

Os cinturões de favela geralmente acompanham as grandes indústrias multinacionais de São Bernardo, como a Volks, Mercedes Benz, Nestlé. Ao redor da Volks são seis favelas, três delas entre as maiores do município: Jardim Silvina, Vila São José e Enco. E o problema se agravou ainda mais nos últimos meses, com a onda de desemprego e o arrocho nos salários. Antonio Buonfiglio, diretor da Promoção Social da Prefeitura afirmou à TO que existe um aumento vertiginoso de pessoas procurando as favelas: “Hoje mesmo atendi dois casos de pessoas que queriam um terreno onde morar”.

João Apolônio Gomes, ex-metalúrgico aposentado “por problema de saúde”, uma das lideranças na Vila São José, explica que “nas favelas já não existem mais lugar para fazer barracos”. Essa explosão do número de favelados começou na época do “milagre brasileiro”, na década de 70, quando as multinacionais se expandiam e centenas de outras indústrias se instalaram no município. Em 1964 existiam apenas duas favelas e hoje já são 65. O primeiro censo estatístico nas favelas, feito em 1972, mostrou que havia em São Bernardo 5.552 favelados em 1.010 barracos. Dez anos mais tarde estes números eram respectivamente de 63.864 e 11.592. Neste mesmo período a população do município passou de 237.451 para 486.130 pessoas.

Os operários vão para a favela para fugir do aluguel

Segundo dados da prefeitura, hoje existem aproximadamente 83 mil favelados, um aumento de 20 mil só no último ano. E quem está indo para as favelas



Nas vielas do Jardim Esmeralda as crianças brincam no meio dos esgotos a céu aberto



Teresa: há 16 anos na favela

não são apenas os desempregados. Existe um bom número de operários especializados morando em barracos. É o caso de Anivaldo Rodrigues dos Santos, montador na Volks e que mora na favela do Jardim Esmeralda. Ele tem um salário de Cr\$ 667,00 por hora, mas explica que “o que a gente ganha mal dá pra comer”. Anivaldo é pai de três filhos, tem dois irmãos também operários morando na favela. Conta que “antes eu pagava aluguel no bairro Alves Dias. Vim pra cá pra ver se dava pra juntar dinheiro e comprar um terreno, mas não deu. E olha que sou um cara econômico, mas nem assim dá”.

Manoel Dias dos Santos, metalúrgico na Brastemp, é vizinho de Anivaldo e diz que “tem muitos companheiros que não

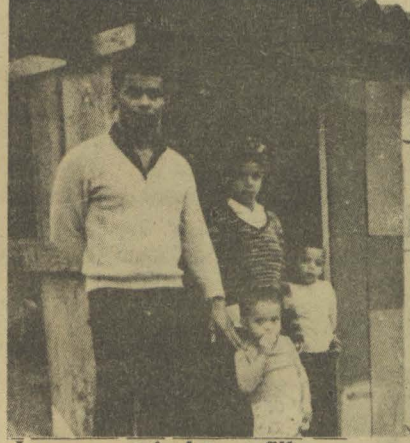


Anivaldo: “mal dá pra comer”

podem mais pagar nem a luz”. Com o arrocho salarial, uma das primeiras medidas dos trabalhadores é ficar livre do aluguel. Manoel, que está na favela há 8 anos, fala que “na fábrica tem muita gente querendo comprar barraco e não tem condições”. O preço de um barraco razoável está por volta de Cr\$ 400 mil. Alguns barracos são alugados por preços que variam de Cr\$ 20 a Cr\$ 35 mil por mês. Em algumas favelas mais organizadas, os moradores são proibidos de vender ou alugar seus barracos.

Os favelados vivem amedrontados de perderem moradia

Na favela Romildo Ceola, na



Jazon com três de seus filhos

Vila Ferrazópolis, os favelados vêm travando uma árdua luta com os proprietários das casas vizinhas que querem expulsá-los. Teresa Conceição Quaresma é a moradora mais antiga da favela — está lá há 16 anos — e a principal liderança dos moradores. Ela mora com o marido, seis filhos e dois netos em um barraco de um cômodo. A sua história é igual a de muitos outros. Seu marido trabalhou como montador durante 13 anos na Volks, até que teve de se aposentar por causa da doença de Chagas. “Ai não deu mais para pagar o aluguel e viemos para este barraco”. Teresa resume em poucas palavras o anseio de todos os favelados: “o que nós pensamos é um dia ter a casa própria. Isso não é pedir demais!”.

No Jardim Calux existe uma

Eleições nas favelas

A classe operária de São Bernardo é uma das mais combativas do país e os seus elementos que vão para a favela levam para lá a sua experiência de organização adquirida nas fábricas. A partir de 1978 teve início a formação das Comissões de Moradores em cada favela. Estas Comissões tiveram um destacado papel nas lutas específicas por água, luz, esgoto, etc. Em 1981 foi organizada a Associação dos Favelados de São Bernardo do Campo, durante um seminário com mais de mil pessoas.

Na segunda semana de novembro haverá a escolha da nova diretoria da Associação de Favelados. Cada Comissão de Moradores pode escolher dois representantes para o seminário que elegerá o novo presidente. Francisco Helder, morador da Favela do Jardim Esmeralda, é candidato a vice-presidente da Associação. Até o momento existe chapa única, com elementos da atual diretoria junto com novos integrantes, como Helder.

Helder reconhece o papel positivo da atual diretoria, mas também mostra que ela ficou muito restrita aos problemas específicos dos favelados, como água, luz e esgoto. “Ela não se manifestou sobre questões fundamentais como o desemprego e o 2.045”, afirma Helder. Existe uma disposição muito grande dos favelados para resolver seus pro-



Foto: L. Carlos Leite

Helder: “Associação de luta”

blemas. Na favela da Vila Ferreira organizaram uma cooperativa habitacional para adquirir o terreno onde moram.

Francisco Helder esclarece que a posse da terra para o favelado é a principal preocupação de sua chapa que concorre à diretoria da Associação. “Nós vamos lutar para que a prefeitura faça os loteamentos e depois venda estes lotes ao favelado. O favelado quer comprar, mas dentro de sua condição financeira. A posse da terra é importante para nós porque de uma hora para outra o favelado pode perder a sua moradia”.

Helder faz parte da Comissão dos Moradores do Jardim Esmeralda e diz que pretendem agilizar os vários departamentos da Associação, como o jurídico. Mas ele ressalta que o mais importante de tudo isso “é canalizar a luta dos favelados contra a política do regime militar, o principal responsável pela situação de penúria que estamos vivendo”.

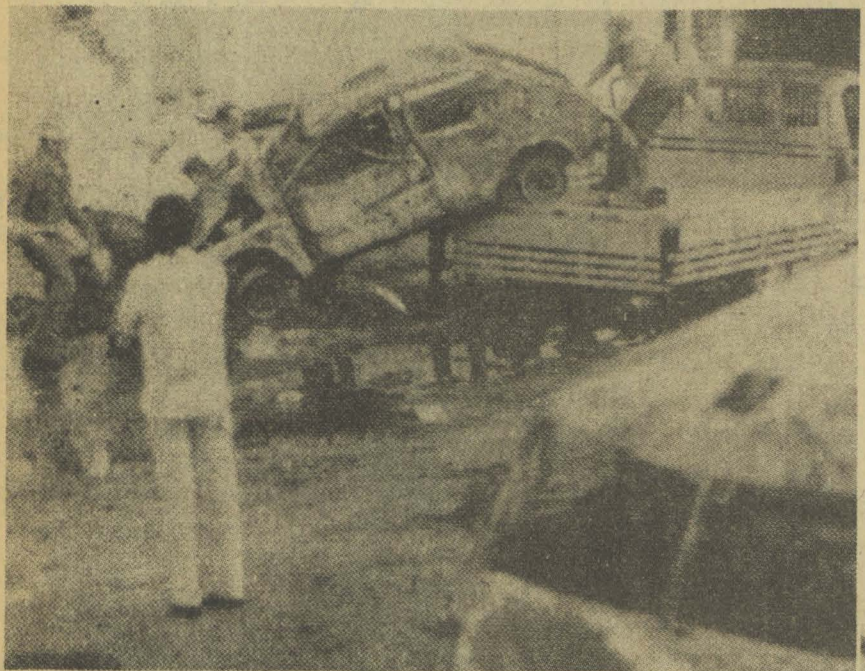
das maiores favelas de São Bernardo. São cerca de 1.500 barracos e mais de 13 mil pessoas. Em frente à creche da favela mora o operário Jazon Novaes, dono de um pequeno boteco. Jazon trabalhava na Mercedes, mas há sete meses está desempregado. Enquanto serve seus fregueses num espaço não superior a dois metros quadrados, ele diz: “Daqui tiro 20 refeições por dia”, para tratar da mulher e oito filhos. Explica que mora ali porque “evidentemente eu não posso pagar aluguel. Eu mal posso dar leite para o meu filho caçula”.

Jazon é baiano de Iramaia, mas está em São Paulo há 20

anos. De tardezinha os que trabalham vão voltando do serviço e passam no boteco para tomar um “mé” e trocar umas idéias. Jazon trabalhou 9 anos na Volks e conta as sacanagens que viu “os gringos” fazendo. “Trabalhar numa dessas fábricas multinacionais é um pesadelo”, diz ele. Apesar de trabalhar durante 20 anos como operário nunca conseguiu comprar uma casa e hoje, aos 39 anos, a única coisa que possui é apenas seu barraco. Mas mesmo assim não tem garantia da posse. E ele afirma que “o nosso maior medo é perder a moradia”.

(Domingos Abreu).

Explosão em Barrinha



Na noite do último sábado, dia 8, a cidade de Barrinha, a 340 quilômetros da capital paulista, foi palco de uma verdadeira guerra, que mobilizou mais de três mil pessoas — num município onde há 15 mil habitantes e, nesta época de corte de cana, mais 5 a 10 mil bóias-frias. O motivo da explosão foi o desaparecimento e a morte da menina Josana Carla de Souza, de quatro anos, que o povo afirma ter sido estuprada.

Quando a população soube que a polícia interrogava dois suspeitos do assassinato, começou a se aglomerar na porta da Delegacia, aos gritos de “lincha, lincha”, e passou a atirar tijolos e garrafas com gasolina, tirada

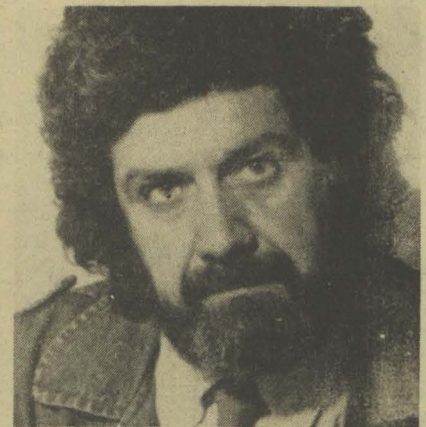
dos carros próximos. Os policiais reagiram com tiros, o que esquentou ainda mais os ânimos, e nem o reforço de 100 soldados de cidades vizinhas conseguiu conter a multidão. A PM teve que bater em retirada, junto com todas as autoridades da cidade; 100 pessoas foram feridas, entre elas 25 soldados; a Delegacia foi destruída, incendiada, assim como sete carros, a maioria da polícia.

O deputado estadual Waldir Trigo, do PMDB, que teve 70% dos votos da cidade nas últimas eleições, acompanhou a explosão espontânea, sendo inclusive ferido na cabeça por um tijolo. Impressionado com a “fantástica força do povo” e prevendo novas explosões populares, Trigo concedeu uma entrevista à Tribuna Operária.

Qual foi o estopim da explosão em Barrinha?

Trigo. O fato central foi o sequestro e a morte da menina Carla. Foi criado durante quase dez dias, até se achar o corpo da menina, uma síndrome de desespero, de dor e angústia, que depois se transformou numa síndrome de vingança. Mas Barrinha é um barril de pólvora; um pequeno município onde existe uma população flutuante de cinco a dez mil bóias-frias em tempo de safra, que vem do Paraná, de Minas, e que vive em condições subumanas, de subemprego e de esquecimento por parte do governo.

O delegado também contribuiu. Uma falta de competência ele manteve durante quatro horas os suspeitos e não teve o “desconfiômetro” de tirá-los da cidade onde existia a síndrome de vingança. O pessoal começou a se aglomerar na porta da Dele-



Trigo: “vi a fúria de um povo”

gacia e quando, às sete, sete e meia, a polícia tentou tirar os dois presos, a situação se tornou incontrolável. Barrinha se transformou numa Beirute, onde o povo armado de molotov (eles enchiam as garrafas com gasolina e as atiravam), de pedras e tijolos destruiu o prédio e as viaturas policiais. Quando chegou o reforço de Araraquara e Ribeirão Preto, a coisa se tornou mais preta: eram 3 mil pessoas desorientadas contra uns 100 soldados armados que tentavam controlá-los com pancada, tiro.

Qual a impressão que ficou desta revolta espontânea?

Trigo: Eu que vivi esta cena e escapei com vida não sei como, o que me marcou foi que é realmente fantástica e força do povo. Imbecis os que acham que podem brincar com o povo. Uma vez mobilizado e querendo fazer algo, ninguém o detém. Haja a vista que eles colocaram a polícia armada para correr de Barrinha. O povo quer fazer justiça com as próprias mãos, não pode confiar mais na justiça no nosso país. A falta de confiança do povo em todos os setores da sociedade é uma coisa desesperadora.

Não se confiou na polícia quando tentava achar um suspeito; não se confiou no laudo médico que dizia que a menina morrera de inanição; e não se confiava na justiça que julgaria os assassinos. Isto é dramático. Mostra até onde o governo conseguiu destruir a sociedade durante estes vinte anos.

É interessante notar que havia uma escolha das viaturas a serem destruídas. Eles queriam queimar os carros com chapa branca, carros oficiais. Houve caso de pegarem carros particulares e carregarem para fora da área. O agente da explosão passou a ser o governo, sem distinção entre federal e municipal. Ouvi gritos: “Vamos quebrar, esse governo é ladrão mesmo”.

O povo conseguiu se organizar e se armar rapidamente em cima da idéia de vingança. E o dia em que esse povo começou a analisar o tanto que é violento diariamente, ele pode se mobilizar rapidamente contra a sociedade burguesa e o governo.

Qual é a situação econômica e social de Barrinha?

Trigo: Há uma concentração de renda alucinante. A terra está na mão de cinco, seis famílias. Barrinha é como inúmeras outras cidades do interior, onde no período de safra há uma grande migração. Eles vêm, trabalham e ficam jogados em casebres, em baixo de pontes, em condições subumanas. Empregam-se sem um mínimo de segurança, não têm registro em carteira, assistência médica. Barrinha é uma Bafra, sendo que bem perto há grandes casarões, os donos da terra vivendo como se estivessem na Suíça. (Altamiro Borges).